

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LIGIA CRISTINA MARIANI

**HEGEMONIA REGIONAL BRASILEIRA A PARTIR
DA REGIAO DO PRATA NO SEculo XIX**

RECIFE

2013

LIGIA CRISTINA MARIANI

**A HEGEMONIA REGIONAL BRASILEIRA A PARTIR DA
REGIAO DO PRATA NO SECULO XIX**

Monografia apresentada à Faculdade
Damas da Instrução Cristã - FADIC,
como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Relações
Internacionais.

ORIENTADOR:

Prof. Elton Gomes dos Reis

RECIFE

2013

Mariani, L. C.

**Hegemonia regional brasileira a partir da região do Prata no século XIX. Ligia Cristina Mariani.
Recife: o Autor, 2014.**

63 folhas.

Orientador (a): Profº Elton Gomes Reis

**Monografia (graduação) – Bacharelado em Relações Internacionais - Faculdade Damas da
Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2014.**

Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais 2. Região do Prata 3. Guerra da Cisplatina 4. Guerra do Paraguai.

327 CDU (2ªed.)

327 CDD (22ª ed.)

Faculdade Damas

TCC 2014 – 267

LIGIA CRISTINA MARIANI

**A HEGEMONIA REGIONAL BRASILEIRA A PARTIR DA
REGIAO DO PRATA NO SECULO XIX**

Monografia apresentada à Faculdade
Damas da Instrução Cristã - FADIC,
como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Elton Gomes dos Reis
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof.: Margarita Neves
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. Hegemonia	13
1.1. As Teorias de Hegemonia	13
1.2. As Teorias de Hegemonia Regional	18
2. Intervenções na Bacia do Prata no século XIX	24
2.1. Brasil e a Província da Cisplatina	24
2.2. Cisplatina e a Guerra da Cisplatina	27
2.3. República do Uruguai e a Grande Guerra	28
2.4. Rosas e a Confederação da Argentina	30
2.5. Urquiza, Mitre e a República Argentina	39
2.6. Uruguai entre Blancos e Colorados	41
2.7. Paraguai e a Guerra do Paraguai	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
Referências	61

A HEGEMONIA REGIONAL BRASILEIRA A PARTIR DA REGIAO DO PRATA NO SECULO XIX

Lígia Cristina Mariani

Resumo

O trabalho propõe uma análise da construção da hegemonia regional brasileira através de um prisma histórico e geográfico. O foco será a região do Prata no século XIX. Primeiro é apresentada a região e o processo de colonização pelas coroas portuguesa e espanhola bem como os conflitos coloniais ocorridos nessa região. Também é exibido um panorama teórico de hegemonia e explicada a hegemonia regional do ponto de vista marxista, neomarxista, realista e neorealista. Discorre sobre a formação dos Estados e das políticas nacionais e internacionais do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Apresenta as mudanças políticas internas e externas, bem como o envolvimento brasileiro nas questões platinas e a explicação dos conflitos que aconteceram no século XIX, como: a Guerra da Cisplatina (1825-1828), a intervenção contra Oribe e Rosas (1851-1852) e a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Abstract

The paper proposes an analysis of the construction of Brazilian regional hegemony through a historical and geographical perspective. The focus will be on the La Plata region in the nineteenth century. First, it is presented the region and the process of colonization by the Portuguese and Spanish's crowns and the colonial conflicts in this region. Also shown is a theoretical overview of hegemony and explained the regional hegemony of the Marxist point of view, neo-Marxist, realist and neorealist. It is discussed the formation of states, national and international policies of Brazil, Uruguay, Argentina and Paraguay. This paper presents the internal and external policy changes, as well as the Brazilian involvement at the Platina region issues and the explanation of the conflicts that occurred in the nineteenth century, such as the War of Cisplatina (1825-1828), the intervention against Oribe and Rosas (1851-1852) and the Paraguayan War (1864-1870).

INTRODUÇÃO

No século XIX, o Brasil interferiu em todos os governos que existiram na Bacia da Prata e participou da formação política e territorial dessa região. A bacia do rio da Prata é uma região de grande importância histórica, política e econômica na América. Sua bacia é formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Ela sempre foi foco de disputas, cobiçada por colonizadores e pelos Estados Independentes. Seus rios e afluentes se estendem pela Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. A bacia tem muito bons rios para navegação, bem como um grande potencial energético. (REICHEL e GUTFREIND, 1995)

Sua extensão alcança regiões no interior do continente, sendo esta bacia o primeiro canal para se acessar várias áreas no coração da América do Sul. O rio da Prata foi via de acesso ao centro minerador de Potosí, na Bolívia, já no século XVI. No Brasil, o rio Paraná corta o centro do país chegando ao estado de Minas Gerais e São Paulo, tendo como afluentes o rio Tietê e o Paranapanema. Hoje, estima-se que a bacia do Rio Paraná, afluente da bacia do Rio da Prata, detenha 23% do potencial hidroelétrico brasileiro.¹ Desde que foi descoberto ouro em Mato Grosso, em 1718, a coroa portuguesa tinha problemas de acesso e comunicação com Cuiabá. A rota mais viável era através da bacia do Prata, subindo os Rios Paraná, Paraguai e São Lourenço. (GUEDES, 1995, p.56)

Apesar de se constituir em uma área geográfica de grande importância, após a chegada dos colonizadores, sua ocupação e exploração foi mais lenta e gradual se comparado com a região costeira e as mineradoras. Os primeiros habitantes da região foram os nativos, tribos indígenas classificadas como o grupo horticultor guarani e os caçadores-coletores pampeanos, como *os pampas*, *charruas* e *minuanos*. Eram sociedades pouco hierarquizadas e com um estágio mais primitivo de organização social. Algumas eram nômades e foram um grande contra-tempo na colonização. Tiveram dificuldade de assimilar a presença e o poder dos colonizadores. Algumas tribos agiam agressivamente, não aceitavam as *encomiendas* e faziam constantes ataques às cidades. (REICHEL e GUTFREIND, 1996, pg.56)

¹ Segundo o sítio oficial do governo brasileiro (<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/setor-eletrico/hidroeletricidade>)

A *encomienda* foi a instituição criada pelo governo espanhol para regular as relações entre espanhóis e índios. Ela foi mais facilmente implantada entre populações habituadas com uma hierarquia complexa baseada em pagamento de tributos. A população nativa da região platina era majoritariamente nômade e a colonização também muito incipiente, sendo o número de colonos insuficiente para que as *encomiendas* pudessem funcionar.

Os espanhóis foram os primeiros europeus a se fixarem na região platina. No século XVI o espaço foi pouco explorado, recebendo somente algumas expedições de reconhecimento e exploração. Porém, nessa época, os espanhóis já começavam a fundar fortes e núcleos de povoamento. A cidade de Buenos Aires foi fundada em 1536, por Pedro de Mendonza, no entanto, ela foi atacada e destruída por indígenas, sendo abandonada. Ela só foi fundada novamente em 1580 por Juan de Garay. Mas podemos destacar neste mesmo século o surgimento da cidade de Assunção, fundada em 1537, bem como a cidade de Santa Fé, em 1573. (REICHEL e GUTFREIND, 1995, pg. 8)

A ocupação só foi intensificada no século XVII, em que ela foi o alvo de interesses dos jesuítas e dos portugueses. Durante a união das coroas ibéricas, iniciada em 1580 e finalizada em 1640, os lusos e brasileiros iniciaram a descida ao sul do continente em busca de novas terras e mão-de-obra. A união dos dois grandes colonizadores da América do Sul fez com que os portugueses pudessem ir muito além do que era tido como suas possessões pelo Tratado de Tordesilhas. Essa presença na região platina foi tolerada até o fim da união das duas coroas. (REICHEL e GUTFREIND, 1996, pg. 64)

Em 1680, os portugueses fundaram a Colônia de Sacramento. Esta cidade demonstrava a vontade lusa de estar presente no espaço platino, o que acirrou as disputas entre espanhóis e portugueses. Colônia está situada no outro extremo oriental de Buenos Aires, distante desta apenas poucas horas por mar. Foi a fundação desta cidade que transformou a disputa ibérica pela região em conflito bélico. O tempo entre sua fundação e até 1750, com assinatura do Tratado de Madrid, o cabildo portenho financiou constantes ataques à Colônia do Sacramento. (PIMENTA, 2002, pp. 58, 59 e 60)

Durante a primeira metade do século XVIII, os portugueses e espanhóis disputaram todo o controle da margem setentrional do rio da Prata e das terras das

campanhas da Banda Oriental. Os portugueses criaram fortes e povoadamentos na região que hoje compreende o Rio Grande do Sul. Os espanhóis, preocupados com a crescida presença lusa no sul do continente, construíram a cidade de Montevidéu, em 1723, e Maldonado, em 1757, para conter a penetração portuguesa. Em 1776, para melhor administrar, eles criaram uma província no sul do continente, o Vice Reino do Rio da Prata. O vasto território, que hoje corresponde ao Chile, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, era dividido em quatro *gobernaciones*: Río de la Plata, Tucumán, Paraguai (ou Guayrá) e Cuyo; e Montevidéu foi incorporado administrativamente ao Vice-Reino da Prata. (PIMENTA, 2002, p.51)

O Tratado de Madrid foi um acordo diplomático entre as duas metrópoles ibéricas que visava cessar com os conflitos na região. Nele foram estabelecidos novos limites territoriais, fazendo com que a Colônia do Sacramento passasse a ser domínio espanhol, enquanto as áreas das Missões Jesuíticas, Sete Povos das Missões, fossem de domínio português. As disputas pela Colônia do Sacramento foram um dos grandes incentivadores para a colonização do território uruguaio e do Rio Grande do Sul. (REICHEL e GUTFREIND, 1995, p.23, 24)

O gado e o cavalo foram introduzidos pelo colono na região platina. O gado selvagem se reproduziu livremente e em larga escala nos campos da região. Antes do século XVII, esses rebanhos eram considerados de uso comum para todos que circulassem pela área. No entanto, já nas primeiras décadas desse século, os rebanhos diminuíram, fazendo com que os colonizadores começassem a criar e produzir o gado em estâncias. Essa foi uma das formas de ocupação e dominação do território, que gerou mais atritos entre brancos e índios, que com a expansão da colonização, subjugaram ou dizimaram todos os nativos da região. (REICHEL e GUTFREIND, 1995, p.10, 11)

O tratado assinado em 1750 teve dificuldades de ser implantado pois não representava a realidade local, o tratado ampliou o território português, no entanto, as áreas eram pouco povoadas, e nenhuma potência colonial exercia de fato a jurisdição. (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p.29). Mesmo depois do acordo, a Colônia do Sacramento continuou sob o domínio português. Sendo necessário mais um tratado, em 1777, assinado em Madrid, que delimitou zonas portuguesas e espanholas, o Tratado Preliminar. Foi seguido pelo Tratado de Santo Ildefonso, que determinou as fronteiras do sul dos impérios coloniais. Embora este último tratado viesse inaugurar

o período de trégua na região entre as duas coroas, não houve estipulação e definição dos limites territoriais. (PIMENTA, 2002, p.59, 60)

A presença portuguesa ameaçava os espanhóis sob o aspecto econômico e político. Os portugueses interferiam no comércio da bacia do Prata, até então monopolizado por Buenos Aires. Isso colocava em risco as possessões das regiões junto a bacia. A Colônia do Sacramento apresentou uma opção alternativa para comercializar. Os produtos poderiam chegar aos mercados do Alto Peru, Chile e Tucumã sem passar pela aduana de Buenos Aires. Este porto havia sido usado por séculos como um eficiente porto de trânsito de produtos que iam e vinham da região mineira de Potosí via Atlântico Sul. (REICHEL e GUTFREIND, 1996, p.68)

O conflito dos interesses metropolitanos, que se iniciou na região platina no século XVII, se estendeu por quase todo o século XVIII. Portugal venceu as lutas por mercados e territórios junto ao rio da Prata quando foram travadas no campo diplomático, sendo que a Espanha obteve vitória no campo bélico, em sua maioria. O perfil diplomático brasileiro, amigável e conciliador, começou a ser delineado pelas atitudes lusitanas, que deixaram um legado de conquistas bem sucedidas nessa área.

Os portugueses foram responsáveis pela intensa atividade desenvolvida no espaço platino no século XVIII. Colônia do Sacramento se tornou um grande centro de distribuição de produtos europeus. Em 1777, através do Tratado Preliminar, ela passa para o domínio espanhol oficialmente, porém ela foi base para a colonização lusitana de terras ao sul do Brasil e também da constituição da Região da Platina. (REICHEL e GUTFREIND, 1996, p.74)

Podemos perceber que desde a época da colonização, a Região da Platina foi foco de disputas das metrópoles. A independência herdou o legado conflituoso e, principalmente, a indefinição de linhas fronteiriças bem limitadas. Na época das independências, século XIX, todos queriam controlar politicamente a área da bacia do Prata. O Vice Reinado da Prata, território correspondente a Argentina, Uruguai, Paraguai e uma parte da Bolívia, começou a se dissolver em maio de 1810, com a independência do cabildo de Buenos Aires. Este queria a adesão do Vice-Reinado para consolidar as Províncias Unidas do Rio da Prata. (REICHEL e GUTFREIND, 1995, p.32)

As espacialidades das áreas colônias sempre foram imprecisas, vastidões que formavam unidades políticas e administrativas. A administração colonial, incapaz de

lidar com todas as especificidades e diversidades física, social e cultural, homogeneizavam áreas bastante heterogêneas para poderem governar. A desagregação desse sistema no século XIX trouxe a necessidade de reorganização dos espaços. No entanto, os problemas acarretados das indefinições de espaços e dos diversos acordos feitos entre Portugal e Espanha serão refletiram nas políticas dos países da região do Prata. Os limites atuais dos Estados nacionais americanos foram estabelecidos ao longo do século XIX e XX. (PIMENTA, 2002, p. 49, 50, 51)

No período da pós-independência, no campo político, houve uma grande disputa entre Unitaristas e Federalistas. Sendo os Unitaristas um grupo político portenho que queria um governo central e forte que controlasse todas as províncias. Já os Federalistas eram os representantes das províncias que pleiteavam uma maior autonomia. O impasse entre os dois grupos foi grande. José Artigas, federalista, lutava contra a elite mercantil portenha para criar a federação das Províncias Unidas. O Caudilhismo era uma realidade nesta conjuntura, ele foi um regime imperante nos Países da América Espanhola, principalmente nos primeiros anos de consolidação das Independências e consolidação dos Estados Nacionais, de 1820 a 1860, em que a aspiração por uma unificação nacional estava presente. (BOBBIO, 1998, p. 156)

Neste contexto, tropas portuguesas avançaram ao sul e ofereceram à banda oriental do rio da Prata paz e prosperidade para prosseguir os negócios se eles aceitassem ser anexados pelo Brasil. Era de interesse dos grandes proprietários e pecuaristas o fim das lutas. Assim, em 1817, os portugueses conseguiram derrotar Artigas e a federalização das Províncias Unidas. Em julho de 1821, o território uruguaio foi anexado ao Império Português como Estado independente do Brasil, o Estado da Cisplatina. Em, 1822, com a independência do Brasil, o território foi anexado ao Estado brasileiro como a Província da Cisplatina.

É dessa forma que foi construído o espaço da Região do Prata na colonização e no início das independências. Com este cenário formado, é possível entender os conflitos que ali se desenvolveram, inclusive a mais longa, sanguinolenta e destrutiva das guerras da América do Sul: A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi declarada em 1864 pelo Paraguai contra o Brasil, Argentina e Uruguai, que foi fruto direto da construção do cenário da Bacia do Prata. Esta guerra teve um expressivo impacto na economia, sociedade e política de todos os países envolvidos. Foi um importante episódio da história americana, mas que evidencia a relevância da Região

Platina. Esta importante e estratégica área será, no século XX, foco de aproximação entre os países. A mesma região que desencadeou a maior guerra sul-americana, é a que promoveu esses quatro países a optar por trabalharem buscando uma integração, sob a égide do líder hegemônico regional, Brasil.

Este trabalho tem como objetivo explicar as repercussões das guerras na política externa brasileira, e fazer uma convergência entre o passado histórico conflituoso, a consolidações dos Estados e a aproximação entre eles. [O Estudo analisa](#) como o Brasil [estabeleceu o projeto político de se converter em uma](#) potência regional, focando nas intervenções do Prata durante o século XIX.

O primeiro capítulo deste trabalho [promove uma discussão teórico conceitual que versa a respeito da ideia de](#) hegemonia e [de](#) hegemonia regional para as relações internacionais. [O estudo lança mão de](#) teóricos marxistas, neomarxistas, realistas e neorealistas que desenvolvem uma análise da hierarquia do cenário internacional, demonstrando a presença de [atores centrais e de ciclos](#) hegemônicos dentro das relações interestatais. Dentre eles estão: Gramsci - o primeiro grande teórico contemporâneo a falar sobre hegemonia e promover uma reflexão sistemática sobre essa categoria analítica em período contemporâneo -, Wallerstein, Arrighi, Organski, Kugler, Gilpin, Hurrell, e Lemke. Eles explicam, a partir do seu ponto de vista, o que caracteriza o poder hegemônico. Essas teorias auxiliam na interpretação dos eventos históricos de como o Brasil assumiu esse papel regionalmente no continente sul americano. Porém, como esse poder hegemônico foi construído, é assunto do segundo capítulo.

O segundo capítulo constrói um panorama político do que era a região da Prata no século XIX e como ela vai assumir essa divisão política e espacial que hoje se conhece. O Brasil estabeleceu um protetorado sobre a região, que apesar de passar por pequenas épocas de neutralidade, foi constante área de intervenção imperial. Este século, foco da análise, foi o ano da construção [dos Estados](#) Nacionais do qual o Império brasileiro vai usar para se promover como o grande poder sul-americano. O capítulo analisa tanto as mudanças políticas internas como as externas, [entendidas enquanto elementos](#) diretamente associadas. Aborda os processos de independência, a Guerra da Cisplatina [\(1825 - 1828\)](#), a formulação das políticas pós-independência, a intervenção contra Oribe e Rosas [\(1851 - 1852\)](#) e a Guerra do Paraguai [\(1864 - 1870\)](#).

1. Hegemonia

1.1. As teorias de Hegemonia

Para tratar da hegemonia regional é importante esclarecer o que é hegemonia no cenário internacional e como [as diferentes tradições analíticas e](#) teóricos a abordam. A construção desse conceito perpassa as teorias marxistas, neomarxistas, realistas e neorealistas, sendo muito explorado na academia. A luta pelo poder é uma recorrência na história humana, fazendo com que a dominação e liderança estejam sempre limitadas a poucos grupos. Um dos primeiros grandes teóricos a apresentar uma noção mais elaborada e adequada para essas interações sociais e políticas foi [Antonio](#) Gramsci.

Falar de hegemonia sem Gramsci é impossível. Antônio Gramsci foi um marxista italiano que contribuiu para a teoria das relações internacionais. Sua análise do período entre guerras do século XX, refletiu sobre o cenário internacional, bem como sobre as tendências do capitalismo internacional. Ele apresentou uma nova relação entre estrutura e superestrutura, dando um maior peso à sociedade civil e à ideologia na constituição das relações sociais. A sua noção de hegemonia baseava-se na primazia da sociedade civil sobre a sociedade política.

Em suas Notas de Política Internacional², Gramsci caracterizava o que seria a potência hegemônica:

O modo através do qual se exprime o ser grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão. A força militar sintetiza o valor da extensão territorial (com população adequada, naturalmente) e do potencial econômico. (GRAMSCI, 1991, p.191)

Assim, percebe-se que o poder global tem de ser legitimado pelos demais Estados, para que possa ser estabelecido um sistema de alianças e acordos eficaz. Diversos elementos tem que ser considerados para determinar quem exerce a hegemonia. De acordo com Gramsci, eles devem ser calculados na perspectiva de uma guerra. O elemento territorial, posição geográfica, força econômica, capacidade

² Um dos capítulos do livro *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* de Gramsci.

industrial e agrícola e a posição ideológica são todos relevantes para calcular o potencial da nação.

As nações têm que dispor desses elementos, mas como potencial para pressão diplomática, “obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem necessidade de combater.” (GRAMSCI, 1991, p.192). Nota-se, que para Gramsci, a medida para se estabelecer o que é uma grande potência é dada pela guerra. Assim, a guerra não precisa acontecer, pode ser uma demonstração de poder virtual, pois a hegemonia é também exercida pela ameaça crível do emprego do poder real e, também, através da dominação ideológica.

O conceito de grande potência está estreitamente ligado às guerras. É grande potência aquele Estado que - tendo ingressado num sistema de alianças para uma guerra (e hoje cada guerra pressupõe sistema de forças antagônicas) - no momento da paz consegue conservar tal relação de forças com os aliados que lhe permite estar em condições de assegurar a manutenção dos pactos e as promessas feitas no início da campanha. (GRAMSCI, 1991, p.193)

Outro que segue um viés marxista que também teorizou sobre hegemonia é Immanuel Wallerstein, que é considerado como neomarxistas para alguns estudiosos. Depois de fazer um importante levantamento da história mundial desde 1500, ele criou um conceito de *sistema-mundo*, no qual ele considera que todos os Estados estão em um sistema internacional ligados por uma única estrutura econômica e política alicerçada no processo de acumulação do capital. Ele propôs uma teoria estrutural sistêmica das Relações Internacionais através do prisma marxista. Wallerstein concentra sua atenção nas características estruturais do sistema-mundo e como o processo de acumulação de capital se organiza no tempo e no espaço. A dimensão temporal da acumulação mostrará como o sistema evolui na história, tendo como fio condutor a busca, pelo capital, de regiões em que sua valorização seja maximizada. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p.123)

De acordo com Wallerstein, a hegemonia é rara e passageira. Assim que um Estado se torna verdadeiramente hegemônico, ele já começa a decair. Até hoje só existiram três potências que foram hegemônicas na economia do mundo capitalista: a Holanda, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Estas superioridades são sucessivas, mas sobrepõem-se no tempo. (...) há só um curto período de tempo no qual uma dada potência do centro pode manifestar simultaneamente uma superioridade produtiva, comercial e financeira sobre todas as outras potências do centro. Este apogeu

momentâneo é o que chamamos hegemonia. (WALLERSTEIN, 1974, p.47)

O sistema-mundo é estratificado de acordo com a posição dos Estados na economia mundo: centro, semiperiferia e periferia. Essa divisão é relativa a divisão internacional do trabalho e a concentração de atividades e rendas, formando um sistema internacional hierarquizado econômica e politicamente. [Soma-se a isso que](#), “as potências do centro dominam frequentemente as áreas periféricas impondo às pessoas um sentido de inferioridade em relação à sua própria cultura” (WALLERSTEIN, 1974, p. 72). Portanto, os cinco séculos do sistema mundial moderno foram marcados pela competição e os ciclos hegemônicos, que desencadearam num funcionamento hierárquico do sistema mundial.

Como Wallerstein, Giovanni Arrighi também defende os ciclos hegemônicos do sistema mundial moderno, porém ele tem uma perspectiva economicista da política internacional. Ele defende que as hegemonias nascem do caos sistêmico.

À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de ‘ordem’ – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico. (ARRIGHI, 1996, p.30)

Assim, “o sistema mundial moderno se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos.” (ARRIGHI, 1996, p.31). Arrighi, como Wallerstein, também defende que só houve três potências hegemônicas até hoje. Pois a hegemonia é uma condição rara, somente a Holanda, Grã-Bretanha e os Estados Unidos foram potências hegemônicas na economia-mundo capitalista. Pois a hegemonia supõe mais que a posição de centro, ela é a primazia comercial que conduz ao controle dos setores financeiros. (WALLERSTEIN, 1974, p.46)

A.F.K Organski é um teórico contemporâneo da [Ciência Política](#), ele é o criador do conceito contemporâneo de hegemonia que é muito utilizado por várias escolas de pensamento de teoria das relações internacionais. Ele estabelece uma nova perspectiva para interpretar o sistema internacional: a teoria da transição de poder (*Power Transition Theory*). Esta teoria é muito enraizada na [tradição intelectual](#) realista, sua perspectiva é voltada para o poder e como ele influencia no funcionamento da ordem internacional. Seu modo de interpretar esse sistema vem

modificar a outra forma de interpretação realista, a balança de poder (*balance of power*). A balança de poder é uma teoria realista que defende que a hegemonia pode levar a balança de poder entre os Estados. Isto porque, a incerteza que causa ter um poder militar que nenhum outro é capaz de sobrepor, faz com que, para garantirem a sua sobrevivência, os Estados neste ambiente anárquico, são induzidos a tomarem ações conjuntas, que transcendam os poderes internos, e ao formarem alianças, conseguem alcançar um balanceamento de forças no sistema. Assim, por o sistema ser anárquico, todos tem interesse em maximizar as chances de sobreviver (securitização), por isso, tentam sobrepor o perigo da concentração de poder (hegemonia), ao aumentarem suas capacidades e agregando a capacidade de outros Estados através de alianças, ou adotando prática de geração de poder do hegemônico, fomentando a competição. (WOHLFORTH, 2007, p. 157, 158)

Desta idéia, criou-se a Teoria da Estabilidade Hegemônica que confirma que só há paz se há preponderância de poder de um lado que possa assegurar esta paz. Quando um país, que ocupava a posição sub-hegemônica, começa a despontar e a ameaçar a ordem, é que começa o conflito. O país emergente que começa a disputar pelo poder é chamado por Organski de o desafiante (*challengers*). A guerra normalmente acontece quando um grande poder que está em posição secular provoca a nação que é hegemônica e seus respectivos aliados pelo controle. Os maiores conflitos são entre grandes nações e o país emergente que está na disputa pelo poder.

Organski divide dois grupos: dos poderosos e satisfeitos e dos poderosos e insatisfeitos. Para Organski e Kugler, o grau de satisfação e poder são determinantes para a paz ou conflito entre os países (ORGANSKI e KUGLER, 2011). Assim, o perigo existe quando há países com muito poder mas insatisfeitos com sua posição na ordem internacional. A paz é ameaçada quando os países insatisfeitos se tornam desafiantes (*challengers*) pois querem estabelecer uma nova ordem para obter um novo lugar no cenário internacional, que melhor lhes caiba. “*Dissatisfied, powerful nations, however, are likely to become challengers*” (ORGANSKI, 1958). Logo, a instabilidade acontece se há uma paridade entre os países, pois se há diversos Estados poderosos, mas a ordem não agrada a todos, há uma grande chance de que haja uma tentativa de mudança de estrutura por parte dos insatisfeitos. “*War is most likely when the power of the dissatisfied challenger and its allies begins to approximate the power of those who support the status quo*” (ORGANSKI, 1958).

A teoria realista clássica da balança de poder defende que nenhum Estado seja dotado de capacidades militares que lhe permitam impor seus objetivos pela força aos demais Estados, por isso propõe que uma distribuição igualitária de poder levaria a paz, enquanto a distribuição . No plano anárquico, onde todos desejam maximizar seu poder, um conflito em que todos têm a mesma condição significaria que os gastos absolutos seriam volumosos e não valeria a pena. No entanto Organski e Kugler (2011) refutam esta idéia e provam através da teoria de transição de poder que não existe paz em um mundo de iguais: *“power transition asserted that an equal distribution of power among key contenders is the necessary condition that bring about major international conflict and that when power is asymmetrically distributed, peace is assured.”* (ORGANSKI e KUGLER, 2011, p.190)

A teoria de transição de poder e da balança de poder diferem em algumas prerrogativas. Esta considera que o poder pode ser manipulado por coalizações, assim, a ordem internacional seria incerta, pois as alianças poderiam mudar o peso da balança. Nesta perspectiva, a diplomacia se torna chave para manter a paz e a segurança, as mudanças internas não são tão relevantes para modificar esse cenário.

Na nova teoria de Organski e Kugler (2011), a teoria de transição de poder, eles consideram que um país não conseguiria transitar de lugar na ordem internacional sem fazer mudanças internas. Assim, a mudança externa só existiria com alteração da política doméstica. Outro ponto em que as duas teorias diferem é sobre os objetivos que elas buscam alcançar. A teoria da balança de poder acredita que todos os Estados buscam maximizar seu poder, já a transição de poder vai advogar que as nações vão procurar estar satisfeitas, ter uma posição boa dentro da ordem hierarquizada que existe.

A mudança é que Organski amplia a noção de poder da nação. Para a teoria de transição de poder, o poder nacional está ligado diretamente aos fatores sociais, econômicos e políticos, mudando a forma de como o potencial do país pode ser calculado.

Power transition has also influenced the study of world politics by directing attention to domestic developmental processes rather than to international interactions to understand peace and war. The new perspective has clearly influenced writers in the hegemonic tradition who also place development at center stage. Moreover, by refocusing the concept of the way power is now measured. (ORGANSKI e KUGLER, 2011, p.194)

Um outro teórico que corrobora para as teorias hegemônicas neorealistas é Robert Gilpin, [autor que é](#) considerado um dos fundadores do Neorealismo Econômico. Ele faz um análise a partir de uma ótica econômica e defende que a ordem econômica liberal precisa de um líder internacional para mantê-la funcionando. A economia liberal não sobrevive sem um líder hegemônico para manter sua estrutura e gerenciar a ordem internacional. No entanto, diante dos novos movimentos de integração, ele explica que a mudança na natureza da economia internacional resultou na necessidade de uma liderança plural. O aumento da interdependência econômica faz com que haja maior necessidade de cooperação internacional, mas ele explica a dificuldade que é a coordenação das política (*policy coordination*).

The fundamental problem of policy coordination and pluralist management, however, is not its inherent desirability or its technical feasibility, but the political problem of the absence of common purposes. Policy coordination requires the willingness of national governments to subordinate their independence in economic matter to some larger decision-making entity. (GILPIN, 1987, P.396)

O líder internacional que sustenta a existência da ordem econômica liberal é chamado por Mattli de *paymaster*. A criação deste conceito é atribuída a ele em seu influente estudo sobre processos de integração regional: “*the presence of an undisputed leader among the group of countries seeking closer ties: such a state serves as a focal point in the coordination of rules, regulations, and policies; it may also help to ease distributional tensions by acting as regional ‘paymaster’.*” (MATTLI, 1999, p. 13).

De teorias como essa de Robert Gilpin, sobre a coordenação de políticas em prol do nível de interdependência econômica, é que evoluiu a idéia de regionalismo.

1.2. Hegemonia Regional

Sob o formato de integração regional, decisões transnacionais podem ser tomadas tendo como referência um plano mais amplo. É muito defendido que o regionalismo desenvolveu-se da emergência de novas formas complexas de políticas regionais, que visavam a melhoria social, política e econômica de forma integrada à interdependência gerada pelo sistema. Andrew Hurrell, um [influyente](#) teórico

contemporâneo que estuda o regionalismo nas relações internacionais, explica como o processo é complexo:

The study of the new regionalism has underline the degree to which, even if its form and dominant rhetoric are economic, regionalism is an extremely complex and dynamic process made up of not one but a series of interacting and often competing logics - logics of economic and technological transformation and societal integration, logics of power-political competition; logics of security (both inter-state and societal); and logics of identity and community. (HURREL, 2005, p.40)

O regionalismo é visto como um processo instável e imprevisível de múltiplas e concorrentes lógicas que não pode ser visto e nem explicado por uma só teoria. Assim, Hurrel vai se responsabilizar por explicar o processo social e econômico da regionalização, bem como a formação das instituições regionais interestatais e a emergência da coalização política dos blocos regionais.

A distribuição de poder no sistema internacional é um fator importante para explicar o comportamento das interações regionais em diferentes períodos. Andrew Hurrel encara o cenário internacional globalizado e defende que a hierarquia de poder cria uma lógica autônoma na ordem capitalista, logo, o regionalismo seria uma resposta para arrumar uma posição superior nesta ordem.

Following from this logic, many regionalist arrangements have been centrally concerned with maximising bargaining power in a globalised world. Even if it is dressed up in other terms, a great deal of regionalist activity does have the character of an outwardly directed alliance or coalition. The strategic rationale of Mercosur for Brazil (...) has been the most enduring factor in explaining its importance to Brazil. (HURREL, 2005, p.43,44)

No mundo globalizado, o processo de regionalismo é uma parte central para aumentar o poder de barganha e a capacidade de negociação política dos países. A questão da securitização está muito presente no contexto da integração regional, alguns projetos regionalistas vieram de desafios geopolíticos e de segurança. Em muitas partes do mundo, a insegurança e os problemas advindos da geopolítica, fizeram com que a proximidade entre os países da região aumentasse, Hurrel exemplifica com a União Européia, Nafta e Mercosul.

A teoria do regionalismo se foca no impacto dos crescentes intercâmbios regionais e na integração econômica e institucional. A teoria provém da experiência européia, que achou a solução de criar um mercado comum que privilegiasse o

interesse econômico transnacional como forma de evitar a recorrência de conflito, promover o desenvolvimento e proteger o modelo econômico vigente.

Ao estudar uma integração regional, alguns aspectos tem que ser analisados. O primeiro, de acordo com Hurrel, é pensar como a região alcançou tal estágio que fez emergir a cooperação e a integração econômica. A institucionalização consegue ser mais profunda se ela engloba os objetivos em comum num design institucional que represente o valor da cooperação. Quanto maior a ambição em termos do grau de aprofundamento da integração econômica, maior o conjunto de políticas envolvidas no processo de negociação e maior a necessidade de alcançar harmonização ou buscar convergência/simetria de resultados. Outro ponto é que a integração não é somente um reflexo de uma lógica de interesses, ela é a convergência histórica das políticas e ideologias externas dos países. O terceiro ponto é que apesar de haver importantes casos de complexos e desenvolvidos regionalismos, não pode-se dizer que todos estejam encaminhando para altos graus de institucionalização, nem mesmo que sejam relevantes para alterar a estrutura e as relações entre os países. (HURREL, 2005, p. 47, 48)

O quarto ponto é analisar a regionalização a partir de uma perspectiva de poder na região. Nesse momento, Hurrel usa o Brasil e o Mercosul como exemplo: *“And nowhere does unequal power matter more than in two of the most deep rooted regionalist arrangements outside Europe: NAFTA and Mercosur. In both cases hegemony is a central defining feature.”* (HURREL, 2005, p.49). Assim, ele irá defender que os países hegemônicos criam uma lógica de poder e estrutura, da qual o regionalismo se encaixa como uma das formas de manter seu lugar dentro do sistema. Hurrel explica:

For powerful states the choice is often not between institutions and no institutions, but rather which institutions offer the best trade-off between effectiveness on the one hand and the maximisation of the control and self-insulation on the other. Finally, hegemonic states use institutions in order to legitimate their power. (HURREL, 2005, p.51)

Num mundo globalizado e integrado, o regionalismo é uma das estruturas que surge, apesar de Hurrel não considerar que ela seja a forma dominante de organização no mundo, ela tem suas vantagens:

It can certainly serve as an organising framework for capturing of regional common interests. But it can also contribute to the two other tasks that any minimally acceptable international order must address: the

management of unequal power, and the mediation of deep and abiding cultural differences and value conflict. (HURREL, 2005, p.53)

Teorizando sobre poderes regionais, Douglas Lemke, no seu trabalho *Dimensions of hard power: Regional Leadership and Material Capabilities*, usa como plano de fundo a teoria de transição de poder proposta por Organski e Kugler. Ele defende que os conflitos são mais comuns em situação de paridade de poderes beligerantes. Ele transfere a mesma lógica para a ótica regional, quanto mais o hegemônico regional tiver preponderância das capacidades, menor será a chance de um conflito regional. “*Reflexively, the greater share of capabilities held by the Regional Power, the less likely it will need to use force to extract concessions from other members of its region.*” (LEMKE, 2010, p.32)

Além da teoria de transição de poder, Lemke vai usar a teoria da estabilidade hegemônica (*hegemonic stability theory*) que reflete sobre a criação e manutenção de instituições que contribuem para a cooperação interestatal. Essa teoria defende que as instituições que foram idealizadas para ajudar na cooperação entre os Estados são normalmente mantidas quando existe uma desproporção de benefícios para os Estados participantes. O ator privilegiado neste contexto, é também de onde provém a solução em caso de que outros países necessitem de ajuda, uma vez que ele é que tem a posse desigual dos recursos. Assim, Lemke vai transpor a teoria de estabilidade hegemônica para sua hipótese de regionalização:

Specifically, I hypothesize that the greater the share of capabilities held by a Regional Power, the more likely that state can function as a privileged actor. Consequently, the greater the share of power of each region's strongest state, the greater the number of regional international organizations that region will enjoy. (LEMKE, 2010, p. 34)

Assim, a teoria de Lemke vem provar a importância da distribuição das fontes de *Hard Power*, como a repartição das capacidades influenciam nos movimentos regionais. Suas teorias corroboram com as demais teorias neorealistas: teoria de transição de poder e teoria da estabilidade hegemônica.

Thomas Perdersen constrói uma teoria para tentar explicar porque os países hegemônicos começam a institucionalizar as relações com seus vizinhos em processos de integração regional, uma vez que a institucionalização das relações tende a diminuir as suas liberdades de ação. Ele explica que existe dois tipos de hegemonia: a hegemonia unilateral (*unilateral hegemony*) e a hegemonia cooperativa (*co-operative hegemony*). De acordo com ele, a hegemonia unilateral oferece a liberdade de ação e a

influencia direta e imediata na região, mas invoca uma possível tentativa de balanceamento das forças e uma atitude livre por parte dos países não-hegemônicos. Enquanto a hegemonia cooperativa, ao estabelecer leis e instituições, agrega os poderes, proporciona previsibilidade, influência direta e constrange a livre iniciativa dos países vizinhos. Assim, a instituição do regionalismo ajudaria as grandes potências à alcançar seus objetivos dentro da região, somente aumentando sua importâncias e ganhos. (PEDERSEN, 2002)

O sistema mundial hierarquizado, de acordo com Hurrel, facilitou que o comportamento das interações regionais fizesse que o regionalismo se transformasse em integração, sendo o regionalismo institucional a forma de se maximizar o poder no século XX e XXI. Os países hegemônicos criam uma lógica de poder e estrutura que subjuga os políticos e cria a dependência. O regionalismo é a forma de manter o seu lugar no sistema. Assim, Daniel Flemes que analisa o Brasil enquanto um poder emergente na ordem internacional, mesmo não o considerando uma grande nação (*great power*), mas “*Brazil is a regional power in South America*”. (FLEMES, 2009, p.2). O define internacionalmente como um poder médio (*middle power*).

“Brazil does not yet qualify for a place in the ranks of the great powers, but its government is unwilling to be classified with the ‘mediocre rest’ and is seeking to enhance its influence and prestige in order to become a great power in the future global order.” (FLEMES, 2009, p. 3)

O regionalismo leva à integração regional. Quando alguns teóricos das relações internacionais analisam o Brasil como uma potência emergente do novo século, potência regional e líder de processos de integração há diversas críticas à estagnação que atingiu o Mercosul. Esta união, que foi formada em 1991 pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, contando com a recente adesão da Venezuela, era a de fazer da cooperação regional a plataforma para melhores negociações e participação na política global. De acordo com Stefan A. Schrim: “*Brazil sees the Mercosur as its regional power base, engineered new initiatives such as South American Community of Nations (CSN) and engaged in opposing the US proposal for Free Trade Agreement of Americas (FTAA)*.” (SCHRIM, 2006, p. 2) Assim, ele defende:

“In the end, Mercosur has been stagnating economically, but instrumentalized politically, thus including elements of successful and failed leadership. With regard to the FTAA, Brazil has been abandoned by some Latin American countries preferring cooperation with the US, while being accepted as ‘leader’ by others.” (SCHRIM, 2006, p. 12)

O Brasil usa seu poder regional para construir seu poder continentalmente e globalmente.

In summary, Brazil pursues a global strategy of soft balancing by way of combination of middle-power discourse and latent multi-institutionalising in order to qualify for a place in the ranks of the great powers. Brazil's complementary regional approach consists, on the one hand, also of latent multi-institutionalising in order to control and integrate potential contesters of regional leadership. On the other hand, it stresses Brasilia's role as a 'mediating military power' to secure regional stability." (FLEMES, 2009, p. 13).

Com essa breve teorização sobre hegemonia e hegemonia regional, pode-se estabelecer um paralelo entre a importância da hegemonia regional e o processo de integração regional. São artifícios cada vez mais importantes dentro do mundo globalizado que se desenvolveu em face das relações entre os países e surgiu como uma manobra política eficaz dentro do capitalismo moderno. Esse processo agora será explicado [através de](#) uma ótica histórica no contexto da Região do Prata na América [do Sul](#). O Brasil se constrói como um grande país dentro da América desde o século XIX, suas políticas e intervenções lhe colocam em uma posição superior dentro desta área e os frutos foram percebidos no século XX com o processo desintegração regional do Mercosul.

2. Intervenções no Prata no século XIX

2.1. Brasil e a Província da Cisplatina

A região da Prata é foco de conflito desde a época colonial. Reino da Espanha e Portugal já litigiavam sobre aquele espaço desde o século XVII. O território da Banda Oriental, que corresponde atualmente ao Uruguai, foi área de permanente litígio entre as coroas durante toda a vigência colonial na América. Não há nesta região nenhuma forma administrativa específica que possa ser retomada como antecessor. (PIMENTA, 2002, p.54) Não podendo remeter nem a América portuguesa e nem a América espanhola uma identidade política e administrativa.

José Artigas começou a ser um problema para a coroa portuguesa quando suas idéias republicanas no sul do continente, chegaram até Montevidéu, em 1815. O Protetor dos Povos Livres, como era chamado Artigas pelas províncias de Santa Fé, Corrientes e Entre Ríos, Misiones e Córdoba, apoiava a luta de libertação nacional na revolução agrária e se opunha à hegemonia de Buenos Aires e à sua pretensão de conservar o monopólio sobre o comércio do Rio da Prata. (BANDEIRA, 2012, p.81)

Diante da ameaça de Artigas, D. João VI preparou-se para invadir a Banda Oriental. Sob o comando do general Carlos Frederico Lecor, em 1817, a Divisão dos Voluntários Reais ocupou Montevidéu. “Portugal, desse modo, não somente desferiu duro golpe contra o segmento mais radical da revolução platense como se apoderou de um ponto estratégico vital para a segurança e a defesa das Províncias de Mato Grosso e Goiás, possibilitando-lhe anexar ao Brasil toda a Banda Oriental.” (BANDEIRA, 2012, p.82)

O governo de Buenos Aires não foi contra a intervenção portuguesa na região. Para ele, a intromissão lusa não era um ato contrário à independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, era conveniente permitir que a participação portuguesa detivesse Artigas e seu poder na Banda Oriental e sua influência nas províncias de Santa Fé, Entre Rios, Misiones e Corrientes. (BANDEIRA, 2012, p.87) Será este o contexto em que se processará a incorporação da região oriental ao Reino do Brasil, sob a denominação de Província Cisplatina, decidida em 18 julho de 1821

por um congresso formado por dezoito representantes dos cabildos da região. (PIMENTA, 2002, p.169)

A decisão pela incorporação pareceu ser, na época, a única forma de salvar a Província. No entanto, as condições pelas quais se daria a anexação eram especiais. A Cisplatina não seria tratada como as demais províncias da colônia. Determinou que Portugal não poderia introduzir o seu idioma, leis e costumes, nem impor ou julgar os orientais senão pelos seus próprios administradores e magistrados. (BARRETO, 2003, p.368) Quando decidiu pela anexação, D. João VI sabia que seria difícil mantê-la, o general Lecor jamais conseguiu controlar o interior da Banda Oriental, o que tornava o domínio português efetivo apenas em Montevideu e Colônia. (BANDEIRA, 2012, p.89)

Em 7 de setembro de 1822, Pedro de Alcântara de Bragança declarou a independência do Império do Brasil. O processo de emancipação brasileiro diferia de todos os outros processos emancipatórios da América espanhola. Nesta, queriam criar um novo poder legítimo para substituir o monarca colonial. No Brasil, houve uma continuação do poder legítimo, que deu uma certa continuidade na transição da colônia para o império. (FERREIRA, 2006, p.40)

Os Estados Nacionais americanos tiveram que se construir a partir dos escombros deixados pelos Império coloniais. As colônias ibéricas tiveram um processo de negação e articulação de rompimento com as antigas monarquia. Apesar do Brasil dar continuidade a algumas estruturas, nos dois casos, o processo de formação do Estado nacional envolveu a conciliação de interesses entre as unidades subnacionais, tendo em vista a criação e a consolidação de um poder central. (FERREIRA, 2006, p.40)

No Brasil, o centralismo foi visto como a melhor solução para manter-se a integridade do território:

A solução monárquica foi, como aponta José Murilo de Carvalho ‘uma opção consciente da elite brasileira da época (da Independência)’, para quem a monarquia seria a melhor maneira de evitar a fragmentação territorial e garantir a ordem contra os perigos de uma ordem social baseada na escravidão. É sempre bom lembrar que essa elite tinha diante de si, como modelo negativo, o exemplo da América espanhola, onde o processo de Independência levava ao desmembramento dos antigos domínios espanhóis. (FERREIRA, 2006, p. 40, 41)

D. Pedro I outorgou a Constituição de 1824, estabelecendo as bases do sistema político imperial e impondo o princípio da monarquia unitária. Essa foi a primeira constituição do Brasil, mas que sofreu reformas em 1834, com o Ato Adicional. Este ato aboliu os Conselhos de Estado e deu força política às províncias, bem como aumentou a sua autonomia ao criar as Assembléias legislativas provinciais. (FERREIRA, 2006, p.42, 43) Gabriel Nunes Ferreira sintetiza a estrutura político administrativa centralizada brasileira que se estabeleceu em meados do século XIX:

No plano político, a centralização se manifestava em instituições como o Poder Moderador, apoiado pelo Conselho de Estado; o Senado vitalício; a nomeação de dos presidentes de província pelo governo central; e as Assembléias Provinciais esvaziadas de muitas de suas antigas atribuições. No plano administrativo, a centralização firmou-se como o fim do princípio eletivo no sistema policial e judiciário, e sua substituição pelo princípio hierárquico. Os traços gerais do sistema político gerado com esse processo de centralização são conhecidos: dois grandes partidos, o Liberal e o Conservador, arbitrados pelo Poder Moderador. (FERREIRA, 2006, p.46)

A monarquia constitucional brasileira serviu para representar os interesses dos fazendeiros e dos comerciantes, era seu o instrumento de manter o controle político e social. A partir de 1837, quando o café emergiu como pólo fundamental da economia brasileira, deu-se uma maior importância à manutenção do governo central. De acordo com Richard Graham, falar de partidos nessa época era um tanto enganador, pois os aglomerados parlamentares não tinham unidade e não contavam com eleitorados disciplinados nem representavam movimentos de ideologia definida. (GRAHAM, 2009, p. 808, 809) Não existia agremiações partidárias institucionalizadas capazes de aglutinar interesses em torno de uma plataforma político-ideológica.

Um dos grandes desafios pós-independência foi a determinação das fronteiras e limites com os outros países. Esta era uma questão negligenciada pela metrópole na época colonial e que teve que ser negociada entre os Estados nacionais limítrofes. A expansão das fronteiras deu-se no período colonial, apesar de tantos tratados que delimitavam o espaço a ser ocupado. A integridade e a idéia de nacionalidade foi construída com base na herança portuguesa, um legado histórico, e foi sustentada pelo Estado monárquico. Criou o seu mito: o da grandeza nacional. (CERVO, 2010, p.89)

O Rio de Janeiro para negociar as fronteiras, usava a política de limites do *uti possidetis*. Essa doutrina defendia o abandono dos tratados coloniais, e acreditava que caberia a cada país o território que efetivamente estivesse ocupado por ocasião da independência, e assim seriam brasileiras as terras decorrentes do expansionismo colonial português. Este foi um ponto de embate e constante desgaste na relação Brasil e Paraguai. (DORATIOTO, 2002, p. 24) “A política de limites, pela lógica dos elementos, haveria de ser a da preservação, da defesa intransigente do legado, do *uti possidetis*. Substituiu-se o mito da fronteira pelo da grandeza nacional.” (CERVO, 2010, p.89)

1. 2.2. Cisplatina e a Guerra da Cisplatina

A Cisplatina, depois da independência do Império do Brasil foi incorporada como uma de suas províncias. No entanto, depois de quatro anos da invasão portuguesa, a economia da Banda Oriental estava exaurida. Em 1825, Juan Antonio Lavalleja, tendo em vista o descontentamento generalizado e sustentado pelos estancieiros de Buenos Aires, desembarcou em Agraciada, à margem esquerda do Rio Uruguai, e iniciou a sublevação contra o domínio do Brasil. A população da Banda Oriental aderiu com entusiasmo. (BANDEIRA, 2012, p. 89, 90)

As Províncias Unidas do Rio da Prata se reuniram em Assembléias Constituintes e em 9 de julho de 1826 se declararam formalmente independentes com a aprovação de um texto constitucional. No Brasil, a emancipação em relação a Portugal abriu espaço para a luta de independência da Cisplatina, essa luta teve apoio dos estancieiros de Buenos Aires, que estavam interessados nos estoques de gado da Banda Oriental.

Em 25 de outubro [de 1825], o Congresso reunido em Buenos Aires anunciou, por sua vez, a incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas; o ministro do Exterior de Buenos Aires, García, comunicou a decisão às autoridades imperiais, informando que tal resolução seria respaldada pela força. Era a declaração de guerra. (FERREIRA, 2006, p. 57)

A Guerra da Cisplatina, como foi chamado esse embate entre o Império brasileiro e as Províncias Unidas, lideradas por Buenos Aires, se arrastou até 1828. O exército provincial pretendia a invasão do Rio Grande de São Pedro para fomentar a

insurreição nesta província com tendências separatistas, no entanto suas tentativas foram frustradas. (BANDEIRA, 2012, p. 92) Durante a incorporação da Cisplatina ao Brasil, um grande número de brasileiros se instalaram no território, e mesmo depois 1828, permaneceram ali usufruindo dos bons pastos e gados da região. (FERREIRA, 2006, p.59)

O conflito trouxe grandes desgastes político e econômico para os dois lados. Porém, a Inglaterra queria manter o equilíbrio de forças na região. Ela tinha interesses em acabar o quanto antes com o conflito para que fossem estabelecidas condições de segurança que viabilizassem a continuidade dos seus negócios na região, então resolveu fazer a mediação entre os beligerantes. Foi nomeado o lorde John Ponsonby para conduzir as negociações de paz. (BANDEIRA, 2012, p.95)

A Convenção Preliminar de Paz, assinada em 27 de agosto de 1828, transformou a Província Cisplatina em Estado independente, uma espécie de “Estado-tampão” interposto entre o Brasil e as Províncias Unidas. (FERREIRA, 2006, p. 58)

Os requisitos que facilitariam o estabelecimento do Estado-tampão já existiam, concretamente, e estavam na própria evolução história da Banda Oriental. Montevideú, fundada para neutralizar as atividades da Colônia do Sacramento, tendia a transformar-se, pela sua posição geográfica, em porto alternativo e concorrente de Buenos Aires. (BANDEIRA, 2012, p.96)

O fim da Guerra da Cisplatina desencadeou uma guerra civil nas Províncias Unidas do Rio da Prata. Em 1828, ao regressar às terras portenhas, o unitário Juan Lavalle promoveu um golpe militar contra o general Manuel Dorrego, que era governador de Buenos Aires. Este ato causou descontentamento dos federalistas, que se sublevaram sob o comando do general Juan Manuel de Rosas. (BANDEIRA, 2012, p.99)

2.3. A República do Uruguai e a Grande Guerra

O Uruguai foi palco das disputas platinas na época da formação dos Estados Nacionais. O território estava numa localização estratégica e seu potencial pecuário era promissor. A disputa pelo estoque de gado não foi resolvido com a criação da República do Uruguai. A Convenção Preliminar de Paz, a qual criou a república oriental, abriu espaço para novos embates entre os platinos. (FERREIRA, 2006, p.59)

Os uruguaios começaram a lutar entre si pelos recursos de seu país. O resultado foi a Grande Guerra (1838-1851), que começou como uma disputa pelo controle do Uruguai entre dois principais caudilhos, Manuel Oribe (*blanco*) e Fructuoso Rivera (*colorado*). (LYNCH, 2009, p.673) “Na recém-criada República Oriental do Uruguai delinearam-se os dois partidos que se revezariam no poder: O Colorado, agrupando os partidários do primeiro presidente eleito Fructuoso Rivera e o Blanco, reunindo opositores de Rivera, sob a liderança de Juan Antonio Lavalleja” (FERREIRA, 2006, p.60)

Os Colorados eram um partido urbano, que estava receptivo as idéias liberais e estrangeiras, bem como a imigração européia e ao apoio brasileiro. Já Blancos eram o partido que comandava a zona rural, representava os estancieiros. Eram a favor da autoridade e tradição, recebiam subsídios do grande caudilho argentino Rosas e eram chefiados pelo D. Manuel Oribe. (LYNCH, 2009, p. 673) Quando em 1834, o mandato presidencial de Fructuoso Rivera acabou e ele foi sucedido por Oribe, foi aí que começou uma luta entre esses dois personagens que se desenvolveu por treze anos. A guerra foi longa e se estendeu tanto devido as intervenções externas, a disputa interna foi internacionalizada, neste ponto pode-se estacar mais uma vez a interferência brasileira (1850-1852), mas houve também a britânica (1843) e franco-britânica (1845-1850). (FERREIRA, 2006, p.62, 63)

Em 1838, Rivera invadia e tomava conta da campanha, deixando Oribe confinado em Montevideu. O então presidente não conseguiu sustentar e pediu a renúncia da presidência e embarcou para Buenos Aires. Em território portenho, Oribe assumia a função de chefe dos exércitos da Confederação, e ajuda Rosas contra seus opositores. Isso fez com que Rivera declarasse guerra contra o governo de Buenos Aires em 1843, e só teve fim com a queda de Oribe, em 1851. (FERREIRA, 2006, p.61, 62)

A Grande Guerra deixou o Uruguai exaurido, o conflito representou muitas perdas: dos rebanhos, da produção, de charque, de divisas e de caráter demográfico. “Na década de 1850, um grande número de brasileiros, vindos do Rio Grande do Sul, entraram num Uruguai vazio, comprando em seu caminho centenas de *estancias*, seguidos pelos ingleses e por outros europeus” (LYNCH, 2009, p.675) Depois da paz todos os recursos do Estado foram hipotecados para o Brasil, França e alguns capitais privados que haviam financiado a causa *colorada*. Assim, na década de 1850, a única

receita do governo uruguaio provinha de hipotecas. O Brasil tornou-se uma metrópole informal e o Uruguai uma espécie de seu satélite. As centenas de *estancias* no norte do Uruguai viraram quase um apêndice do Rio Grande do Sul. (LYNCH, 2009, p.676).

2.4. Rosas e a Confederação da Argentina

A história política de Buenos Aires não é menos conturbada que a história política do Uruguai. A cidade portenha já assume uma posição importante no século XVIII quando obteve vinculação direta com os portos da Espanha e da América espanhola. Buenos Aires virou um entreposto entre a prata vindo da América e os produtos de importação: “Se as economias regionais enviavam seus artigos a Potosí para adquirir prata, agora transportavam seus produtos até Buenos Aires para trocá-los pela prata que descia do Alto Peru ou pelas mercadorias européias que ingressavam nesse porto” (FERREIRA, 2006, p.25) Assim, Buenos Aires crescia como uma cidade portuária e não produtiva.

Depois da independência, a economia portenha aproveitou a oportunidade da fragilidade das outras províncias devido a guerra de secessão, e começou a usar o capital de que dispunha para expansão das *estancias* e a criação de gado. As pastagens começaram a dar bons lucros e a província seguiu crescendo. Estabeleceu sua base rural, e começou a adquirir *estancias*, a terra era abundante e logo virou a alicerce produtivo dessa província. (LYNCH, 2009, p.626) “Só depois da Independência, no entanto, a organização da pecuária em *estâncias* mais modernas e exploradas mediante trabalho assalariado ganharia maior terreno. A partir de então, a produção se potencializaria e começaria a ser canalizada para os *saladeiros* (charqueadas).” (FERREIRA, 2006, p. 26)

A década após a independência, as primeiras décadas do século XIX, foi caracterizadas por um desmembramento generalizado. Buenos Aires, que estava mais importante e fortalecida economicamente, tentou subjugar às demais províncias ao buscar promover a organização de um Estado sob a liderança portenha. No entanto, o conflito não foi só entre Buenos Aires e as províncias, foi também entre o governo central e os interesses regionais, entre unitários e federalistas. Todos estes embates

fizeram com que a organização política do rio da Prata entrasse em colapso. (LYNCH, 2009, p. 643)

Da desagregação do antigo Vice-Reino do Rio da Prata se originou o Estado do Paraguai (em 1811), o Alto Peru (atual Bolívia) e o Uruguai, a banda Oriental, que como já foi abordado, também se tornou independente depois da guerra da Cisplatina. Contudo, Buenos Aires persistiu na construção de um Estado unindo as províncias do Prata, sua importância econômica e política o colocou a frente desse processo. (FERREIRA, 2006, p. 30)

No final da década de 1820 começaram as negociações para o pacto federativo entre as províncias, no entanto, houve debates acirrados sobre as políticas econômicas. Corrientes não aceitava as demandas tarifárias portenhas e era líder do movimento protecionista no litoral. Mas Buenos Aires, fortalecida, conseguiu finalizar as negociações e assinar o Pacto do Littoral com Santa Fe e Entre Rios, em 1831. Corrientes não teve escolha e aderiu ao acordo e às vontades portenhas. Se formou, então, a Confederação da Argentina. (LYNCH, 2009, p. 631, 632) “Mas o ordenamento institucional resultante era exatamente isso: uma *confederação* de Estados autônomos, garantida, formalmente, a manutenção da independência e liberdade das províncias signatárias.” (FERREIRA, 2006, p.34) No entanto, na prática, a história da Confederação se confunde com a do caudilho Rosas.

Surgiram duas propostas opostas de como organizar o Estado: unitarismo e federalismo. Esses dois partidos disputaram politicamente o controle durante a primeira metade do século XIX. Os federalistas reivindicavam o protecionismo das economias locais que estavam ameaçadas pela expansão do capitalismo internacional, também queriam mais autonomia provincial, para poder gerir o Estado de acordo com suas necessidades. Já os unitaristas representavam os grupos rurais e mercantis, queriam a centralização do governo a partir de Buenos Aires. (BANDEIRA, 2012, p. 108, 109) A divisão era da ordem política, mas seu reflexo era muito baseado na geografia econômica:

De fato, se Buenos Aires, por causa de seu porto e de seus produtos de exportação derivados da pecuária, beneficiava-se com a abertura do comércio ao estrangeiro, a situação não era a mesma no interior e em outras províncias do litoral, onde as indústrias locais – como de produtos têxteis, artesanato, vinho e cereais – sofriam os efeitos da concorrência (FERREIRA, 2006, p.32)

Mas essa disputa também era internacionalizada, a Inglaterra pressionava os unitaristas por segurança para o seu comércio, enquanto os federalistas lutavam pela produção e a proteção aos seus tecidos (algodão, linho e lã), bem como pelo açúcar e o vinho da concorrência inglesa. Isto fez com que os federalistas se unissem aos paraguaios para se proteger do imperialismo inglês. (MOTA, 1995, p.45) A sociedade portenha começou a estabelecer sua base produtiva na terra, a polarização era absoluta. Os estancieiros dominavam a administração, a câmara dos deputados, o governo local e a milícia, assim, o Estado favorecia os criadores de gado. (LYNCH, 2009, p.638)

A disputa entre os dois partidos não durou muito, “a unificação da Argentina representou a conquista da Argentina por Buenos Aires. O federalismo cedeu lugar ao *rosismo*, um sistema informal de controle a partir do centro, que Rosas conquistou com paciência e exerceu com persistência.” (LYNCH, 2009, p. 657) O caudilho D. Juan Manuel Rosas governou Buenos Aires de 1829 a 1832 e, depois, de 1835 a 1852. Lynch em sua análise do panorama político e da personalidade de Rosas, o mostra como um *self-mande man*. Um estancieiro que trabalhou para se construir, foi um ótimo líder de milícia que convivia com todo tipo de gente, sendo muito hábil nas suas relações pessoais. (LYNCH, 2009, p. 647) Rosas foi um dos estancieiros que se projetou na sociedade portenha após a independência. Em 1817, quando os portenhos cruzaram a linha do rio Salado, ele foi um dos primeiros que ali se estabeleceu, comprou terras e ocupou outras terras indígenas, teve grandes e importantes estâncias. (REICHEL e GUTFREIND, 1995, p.15)

Em meados da década de 1820, Rosas despontava como um dos pioneiros da fronteira sul. Essa época se caracterizou pelo alargamento da economia pastoril, assim, a expansão e procura por novas terras era constante. O maior perigo e desafio eram os índios, pois eram suas terras que eram invadidas e tomadas pelos estancieiros. Os fazendeiros avançaram para o sul atrás de terras baratas e desocupadas, neste grupo, um dos desbravadores era Rosas, que já era dono de vastas fazendas, senhor de muitos peões e comandante de milícia, sabia tanto negociar com os índios, como se impor diante dos governantes. (LYNCH, 2009, p.627)

Quando, em 1829, Rosas assumia o governo de Buenos Aires, ele defendia a política de expansão e colonização das terras indígenas, bem como adotou várias medidas para melhorar a segurança da propriedade rural. Ele organizou a Campanha

do Deserto, em 1833, para incorporar novas terras e expulsar ou aniquilar os índios, que não eram passivos a essa ocupação. Porém ele exerceu muito habilmente essa função, fosse por diplomacia ou força, [Rosas](#) foi responsável por adicionar milhares de quilômetros quadrados à província de Buenos Aires. Rosas também mudou a estrutura legal da posse da terra. Ele começou a vender as terras públicas, através da lei de vendas de terra, promulgadas em 1836-1838. Devido à pouca procura pela compra, ele começou a fazer concessões de terras. Assim, a terra tornou-se uma moeda, era tratada como salário, pensões e doação. (LYNCH, 2009, p.627, 628)

Rosas foi um grande caudilho, e o caudilhismo era a imagem da sociedade. No período pós-independência, prevalecem a autoridade e a força personalista dos Caudilhos em detrimento dos ideais coletivos garantidos por uma constituição. Eles tinham o objetivo de fundar no pós-independência governos regionais/locais baseados na força. Esses chefes locais eram os caudilhos, líderes, geralmente de origem militar, oriundos, em sua grande maioria, da des-mobilização dos exércitos que combateram nas guerras de independência, de 1810 em diante. (BOBBIO, 1998, p. 156)

O caudilho era antes de tudo um guerreiro, um homem capacitado para liderar e defender; nas guerras de libertação, nas guerras civis, nas guerras nacionais, o caudilho foi o homem forte que podia recrutar soldados, controlar os recursos e proteger sua gente. Ao caudilho era inerente a associação de poder militar e autoridade pessoal. (LYNCH, 2009, p. 642)

O caudilho Rosas era representante do seu grupo e reproduzia seu personalismo e patronato no seu governo.

Havia uma forte solidariedade e coesão de grupo entre a classe fundiária. O próprio Rosas foi o centro de um vasto grupo entre a classe fundiária. Estava cercado por uma estreita rede econômica e política, que ligava deputados, proprietários rurais e mantinham relações entre si ou com seu líder. Rosas fez amplo uso de seu padroado para manter essa pequena oligarquia cada vez mais unida. (LYNCH, 2009, p.639)

No seu primeiro mandato, que começou em 1829, Rosas já unificou e organizou o país seguindo os princípios federalistas, firmou o pacto de 1831, que criou a Confederação da Argentina. A partir de 1835, quando foi eleito pela Junta dos Representantes de Buenos Aires com poderes extraordinários, foi aí que ele começou a exercer um governo muito centralizado, tirano, baseado no medo e na força. (BANDEIRA, 2012, p.109)

Rosas foi um federalista, mas que não se aliou por afinidades políticas ao partido. Ele era contra os unitaristas, que ameaçavam a arruinar seus planos de

hegemonia no campo. Assim, ele só integrou os federalistas em 1826, mas sua entrada fora o motivo da destruição do partido. A verdadeira intenção de Rosas era proteger a Argentina. Ele era completamente contra os unitários devido aos seus valores liberais, não acreditava na democracia, nem nos valores do humanismo e do progresso. Não se interessava pelas doutrina partidárias e não foi verdadeiramente um federalista. Ele era centralista e defendia a hegemonia buenosairense. Assim, Rosas é o responsável por destruir a divisão entre federalistas e unitarista. Ele as substituiu por *rosistas* e *anti-rosistas*. “O que era o *rosismo*? Sua base de poder era a estancia, um ponto de convergência dos recursos econômicos e um sistema de controle social. O domínio da economia pela estancia foi mantido e completado na gestão de Rosas.” (LYNCH, 2009, p. 647, 648)

O autor John Lynch, que fez uma análise política, social e econômica da Argentina nesse período, explica a hegemonia de Rosas com alguns argumentos, mas defendia, que ele foi, em parte, produto das circunstâncias. Ele representou a ascensão de um novo interesse econômico ao poder político, o dos estancieiros. O grupo responsável pela revolução de 1810 havia sido dos comerciantes e burocratas. No entanto, depois de 1820, muitas dessas famílias de elite começaram a procurar outros investimentos, e iniciaram a compra de grandes quantidades de terras e a investir em gado. Esse grupo social, que se transformou da antiga elite, eram os proprietários rurais que reuniram em uma oligarquia sólida. “Foram as condições, portanto, que criaram Rosas. Ele era a síntese individual da sociedade e da economia da zona rural e, quando os interesses desse setor coincidiram com os dos federalistas urbanos, Rosas tornou-se imediatamente o representante e o executante da aliança.” (LYNCH, 2009, p.647)

“O Estado de Rosas foi o governo ampliado da *estancia*”, as relações sociais e políticas tinham um molde rígido e estratificado. Foi a estancia que deu a Rosas o motor da guerra, suas alianças, recursos e habilidades sociais fizeram com que ele tivesse facilidade de levantar o capital e recrutasse (ou manipulasse) as massas a favor dos seus interesses. Alguns ingredientes foram essenciais no seu governo: a propaganda, terror e força. Foi assim que ele teve por tanto tempo o apoio da população. As propagandas simples substituíram as ideologias. A instituição militar formada por ele lhe servia para defender e ocupar o território, bem como para proteger e controlar a população. O terror foi um dos instrumentos de coerção do seu

governo, serviu para eliminar os inimigos, disciplinar, advertir e controlar os demais. (LYNCH, 2009, p.650, 655)

Com o caudilho portenho no poder, a Confederação estava toda submissa à sua direção política. Cada província tinha seu próprio governo, mas Rosas as controlava através de um poder informal. Por meio da força e da diplomacia, ele conseguiu controlar os focos de oposição ao seu domínio em Buenos Aires e nas outras províncias. Os chefes unitários foram derrotados, e também os chefes federalistas concorrentes. Ele defendeu o monopólio de Buenos Aires sobre o comércio exterior e sobre a navegação dos rios da Bacia, foi contra a distribuição de renda vindas das aduanas, e colocou as províncias em situação de dependência. (FERREIRA, 2006, p.35)

O período do governo rosista foi marcado pela hegemonia de Buenos Aires sobre os demais Estados da Confederação, houve uma grande expansão econômica. Nos anos de 1829 a 1852, houve um crescimento extensivo da produção pecuária. As campanhas de expansão e pacificação rural trouxeram grandes resultados. “Em meados do século XIX o país tinha decuplicado o valor de suas exportações pecuárias do começo do século, aumentando com isso sua capacidade de importar.” (FERREIRA, 2006, p. 36) Outra das conquistas de Rosas foi sua habilidade de consolidar a Argentina internacionalmente, situando o país no mapa como autônomo.

Como intérprete e líder dos saladeiristas de Buenos Aires, porém, os interesses de Rosas se conformavam com as aspirações da burguesia mercantil quanto à manutenção do monopólio portuário sobre o comércio do Rio da Prata. Embora não tentasse suprimir pelas armas as aduanas interiores, existentes nas províncias, ele se recusou a nacionalizar, como todos os governos unitários que o antecederam, as rendas alfandegárias de Buenos Aires e, mais ainda, buscou robustecer sua condição de porto único, o exclusivismo característico do sistema colonial, fechando o Rio da Prata e seus afluentes à navegação estrangeira. (BANDEIRA, 2012, p.110)

Para que essa política funcionasse, Rosas teria que controlar o porto de Montevidéu, bem como cooptar os dois Estados independentes, Paraguai e Uruguai, para a Confederação. Assim, seria possível nacionalizar e ter o exclusivo uso de toda a Bacia do Prata. Porém, o fechamento dos rios atingia diretamente o governo imperial brasileiro. A Convenção de Paz, acordada em 1828 pelos governos brasileiros e portenhos, regulava a questão de uso dos rios. O Brasil sempre teve interesse em manter aquela área de livre navegação e neutralidade, a segurança do seu território e a comunicação do Rio de Janeiro com a província do Mato Grosso

dependia diretamente dos rios do Prata. (BANDEIRA, 2012, p.110) Então, o Império brasileiro começou a elaborar uma intervenção contra a ação de Rosas nesta região. “Essa política exclusivista era prejudicial não só às demais províncias da confederação, como também aos vizinhos da Argentina – especialmente o Brasil – e outros países, como França e Inglaterra, ávidos por novos mercados.” (FERREIRA, 2006, p.64)

O Império já começava a ajudar, mesmo que no começo indiretamente, no conflito armado entre Montevideú e Buenos Aires. Em 1838, auxiliou Fructuoso Rivera, aliado dos unitaristas argentinos e apoiado pelas forças francesas, a derrubar o general Oribe da presidência do Uruguai. Era do conhecimento do Império a ligação do Oribe com os insurgentes farrapos do Rio Grande do Sul, por isso, neutralizá-la se tornou muito mais importante para a integridade territorial brasileira. A ligação com Rosas facilitaria que esta região fosse toda integrada a Confederação Argentina. (BANDEIRA, 2012, p. 111) Enquanto durou a Revolução Farroupilha (1835-1845), a mais longa e grave das rebeliões provinciais, o governo imperial não tinha como fazer qualquer intervenção direta no Uruguai ou na Argentina, principalmente por causa das alianças políticas entre os rebeldes farrapos e as facções políticas desses Estados. Mas a partir de 1845, o governo começou a temer pelas regiões de fronteira e considerou mais intensamente a hipótese de intervenção. (FERREIRA, 2006, p.116)

Em 1843, quando Rivera havia perdido seu poder sobre Montevideú e Oribe estava no comando, o Império brasileiro tentou negociar e encaminhar negociações para obter um tratado definitivo que seguisse as linhas da Convenção Preliminar de 1828. Queria garantir o comércio e navegação na região, bem como as questões de limites e a independência do Uruguai. De um lado estava Rosas, que queria cooptar o Uruguai, e tinha uma relação muito próxima com Oribe. Do outro, o Império do Brasil, temeroso da perda de acesso à área de integração do Uruguai a Confederação. No entanto, as negociações não foram bem sucedidas e só levaram ao progressivo deterioramento da relação entre os dois governos. Nessa mesma época, o Império manda um encarregado a Assunção para reconhecer a independência do Paraguai, bem como tentar negociar um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação (BANDEIRA, 2012, p. 115 e 116)

Apesar de o governo de Rosas ser forte, os diversos conflitos começaram a deteriorar seu poder hegemônico na área. A guerra entre Buenos Aires e o Rio de

Janeiro parecia inevitável, o reconhecimento da independência paraguaia em 1844, bem como os problemas com Oribe em relação as charqueadas, tornou a reconciliação argentina-brasileira quase impossível. O Brasil era dependente das produção pecuária da banda oriental, pois o Rio Grande do Sul não tinha uma produção que conseguisse atender numericamente as necessidades brasileiras, e além de terem os preços melhores. O que também acontecia, era que o a pecuária platina era 50% mais rentável que a do Rio Grande do Sul, o que fazia muitos brasileiros montassem suas charqueadas no Uruguai. (BANDEIRA, 2012, p.129, 130)

Quando Oribe assumiu o poder de Montevideú e proibiu a passagem livre do gado pela fronteira, ainda fornecia proteção aos escravos fugitivos, os brasileiros começaram a fazer incursões pelo território uruguaio para contraverter suas decisões, deter os escravos e pegar os gados. A situação de conflito já estava estabelecida, no entanto, o Brasil ainda se continha em declarar guerra devido à presença européia na região. Em 1850, Rosas rompeu de vez as relações com o Império, mas nesta mesma época houve a retirada da intervenção européia do Prata. Assim, o Brasil pode agir na área, a intervenção foi montada pelo visconde do Uruguai e Caxias. Em 25 de dezembro de 1850, o Brasil e o Paraguai fizeram um Tratado de Aliança, em que determinaram que Rosas era uma fonte de ameaça para os dois países. (BANDEIRA, 2012, p. 131, 132)

As políticas centralistas com base nos privilégio portuários de Buenos Aires fez que cada vez mais ele perdesse o apoio das demais províncias da Confederação, Entre Ríos e Corrientes. O problema para todos se resumia na localização da aduana, ou, em outras palavras, na necessidade de autodeterminação das economias locais, expressada, contraditoriamente, pelas reivindicações protecionistas e pelos anseios de abertura do Rio da Prata e seus afluentes à navegação. Ninguém queria pagar peagem a Buenos Aires. E aí, neste ponto, os interesses do Paraguai e das províncias argentina confluíram e se somaram aos do Império brasileiro. A aliança entre este e o federal Justo José Urquiza, governador de Entre Ríos, estava na lógica natural da política argentina. (BANDEIRA, 2012, p.133)

As políticas rosistas desgastaram a união e afastaram seus aliados, as prerrogativas que as criaram já haviam mudado, os constantes conflitos internos e a repressão política prejudicaram a economia e o comércio internacional. Em agosto de 1851, Rosas declarou guerra, que perdeu rapidamente, devido ao acentuado desgastes das tropas. Oribe também se rendeu rapidamente as tropas que eram comandadas por Urquiza. D. Justo José de Urquiza era o mais rico e poderoso dos estancieiros, dono de quatro *saladeros*, governador da província de Entre Ríos. Oribe se rendeu em

1851, através de um acordo com Urquiza, da qual houve algumas trocas de concessões.

Buenos Aires foi a beneficiária privilegiada do rosismo, mas lá também o entusiasmo desvaneceu-se. Esperava-se que Rosas garantisse a paz e a segurança; foi essa justificativa de seu regime. Mas, na estreita de tantos conflitos e tantos desperdícios, ele ainda estava pronto a travar uma guerra, mesmo depois de 1850, perseguindo implacavelmente seus objetivos no Uruguai e no Paraguai e sempre em busca de mais uma vitória. Agora seu exército estava fraco e desorganizado, seus comandantes militares não eram confiáveis. Com seus métodos terroristas e sua despolitização de Buenos Aires, ele havia destruído todo e qualquer apoio 'popular'. E quando, no início de 1852, o exército invasor da Tríplice Aliança avançou, suas tropas fugiram e o povo da cidade e do campo não se levantou em seu apoio. Em 3 de fevereiro, foi derrotado em Monte Caseros: afastou-se sozinho do campo de batalha em seu cavalo, refugiou-se na casa do cônsul inglês, embarcou num navio britânico e navegou para Inglaterra e o exílio. (LYNCH, 2009, p. 661)

Com a queda de Oribe, em 1851, o governo brasileiro assinava os cinco tratados de 12 de outubro de 1851, que estabeleceram sobre o Uruguai um semiprotetorado brasileiro. Os tratados eram de grande interesse para o Brasil, versavam sobre alianças, limites, comércio, navegação e subsídios. Os tratados foram fruto de uma conjuntura extremamente desfavorável ao Uruguai, que o governo brasileiro soube aproveitar: “assegurou-se no período a ação de Mauá, a exploração brasileira das pastagens uruguaias, o controle das finanças públicas uruguaias e a delimitação das fronteiras segundo o desejo brasileiro”. Estes tratados provocaram a hostilidade interna do Partido Blanco. (CERVO, 2010, p. 118)

Amado Luiz Cervo, na sua análise das relações internacionais do Brasil, discorre sobre os motivos para interferir no Prata, destaca as finalidades econômicas, estratégicas e de segurança e políticas, que já foram abordadas aqui. Mas ele dá um peso especial à vitória sobre Rosas e Oribe: “a derrota de Rosas, que já nem lutou, sua retirada para a Inglaterra, a derrota de uma política inglesa para o Prata e a ascensão do Brasil como nova potência regional, temporariamente hegemônica.” (CERVO, 2010, p.116) Depois de meio século interferindo na vida política da região, o Brasil conseguiu assumir uma posição de hegemonia perante os demais Estados da região, que contaram com seu apoio para deter Rosas. “Com a queda de Rosas, o governo imperial conseguiu um objetivo fundamental de sua política. Parecia ter afastado o fantasma da reconstituição do Vice-Reinado do Rio da Prata, e praticamente garantida a independência do Paraguai e Uruguai” (FERREIRA, 2006, p.200)

2.5. Urquiza, Mitre e a República Argentina

A derrota de Oribe e Rosas não fez com que as contradições políticas e de formação dos Estados acabassem, a hegemonia da oligarquia fundiária continuou, as estruturas existentes permaneceram intactas, e o conflito entre as províncias ia apenas entrar em outro estágio. Tanto na Argentina como no Uruguai, os conflitos políticos internos iriam continuar. No Uruguai foram entre os colorados e os blancos, na Argentina, voltou a disputa entre Buenos Aires e as demais províncias. (FERREIRA, 2006, p. 200)

Urquiza tomou frente do movimento que destruiu a ordem construída por Rosas e lançou as bases da organização constitucional no país. A queda de Rosas fez com que o Estado começasse a se organizar em bases constitucionais, reformulando o federalismo, pela a promulgação do texto constitucional em 1853. A constituição dividiu os poderes, executivo, legislativo e judiciário, o presidente tinha amplos poderes sobre as províncias, mas estas eram governadas pelos seus caudilhos, que tinham o posto de governadores. (LYNCH, 2009, p. 666)

No campo econômico, a constituição acabou com as tarifas que eram cobradas entre as províncias e nacionalizou as alfândegas de Buenos Aires. Esta província não quis se sujeitar às vontades das demais províncias e não aprovou o texto constitucional de 1853. Assim, formavam-se dois Estados: “de um lado, a cidade e a província de Buenos Aires, administrada por seu governador (a partir de 1850, Bartolomé Mitre) e por um partido liberal, e, de outro, a Confederação Argentina, formada por treze províncias, sob o governo de Urquiza e do partido federalista.” (LYNCH, 2009, p. 666) Para evitar a guerra civil, Urquiza fixou a capital da Confederação Argentina no Paraná, na província de Entre Ríos, que coexistiu com Buenos Aires como Estado autônomo. (BANDEIRA, 2012, p.147)

Apesar de o governo imperial ter as diretrizes ideológicas mais próximas dos unitários e liberais buenosaienses, eles vão, por motivos pragmáticos, se alinhar a Urquiza na região. José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, substituto do visconde de Mangape no Ministério dos Negócios Estrangeiros, assinou em 1857, um protocolo garantindo à Confederação Argentina o apoio

brasileiro à luta para submeter o Estado de Buenos Aires, e teria em troca uma aliança contra o Paraguai.

Desta forma, o tratado de aliança, desdobramento natural da missão de Paranhos no Rio da Prata, foi assinado em 1859 e o Império do Brasil continuou a colaborar, discretamente, com a Confederação da Argentina, inclusive a escorar o Estado Oriental contra um possível ataque dos unitários e colorados, sob o comando do general Venâncio Flores, o que obrigaria Urquiza e retroceder ou a diminuir e fracionar suas forças, no momento da ofensiva contra Buenos Aires, para a qual, havia algum tempo, ele se preparava. (BANDEIRA, 2012, p. 203)

Não satisfeito com o tratado firmado com o Brasil, achando muito reduzidos os empréstimos feitos por esse governo, Urquiza procurou aliança com o governo do Paraguai. O, então presidente vitalício, Carlos Antonio López se ofereceu para intermediar um acordo entre a Confederação Argentina e Buenos Aires. Urquiza assinou um pacto em 1859 para reunificação, mas que não foi colocado em prática. A verdade era que a Confederação Argentina precisava de Buenos Aires para subsistir como Estado, e Buenos Aires precisava da Confederação para sustentar seu processo de acumulação de capital. No entanto, era de interesse portenho destruir a Confederação e se apropriar da Argentina. Buenos Aires queria um Estado unitário forte que fosse capaz de acabar com a economia natural e permitir a penetração do capitalismo. (BANDEIRA, 2012, p. 204)

Somente em 1861, [ano](#) em que Urquiza foi derrotado, que Mitre teve espaço para se tornar a liderança nacional, e através de mudanças na Constituição, um meio-termo entre o unitarismo e o federalismo. Se construiu uma Federação da qual Buenos Aires era o centro e Bartolomé Mitre, em 1862, se tornou o primeiro presidente constitucional da nação. (FERREIRA, 2006, p. 38) Mitre organizou o país sob o nome de República Argentina e edificou o Estado nacional. Porém, ele tinha alguns inimigos na região que precisavam ser neutralizados: os federalistas das províncias, o Paraguai – que já se articulava com Entre Ríos e Corrientes -, e os blancos que estavam administrando Montevideú. Para isso, era necessário se aproximar do Império do Brasil. Em 1863, Mitre apoiou a campanha de Venâncio Flores, que parte de Buenos Aires e invade Montevideú para derrubar o governo blanco. (BANDEIRA, 2012, p. 205)

Mitre e Sarmiento (sucessor de Mitre na presidência) lutaram pela unidade argentina e defenderam o liberalismo clássico. Os dois foram colocados por Lynch como homens muito capacitados:

A oportunidade de uma reorganização nacional após de 1862 poderia ter-se perdido, se o poder não tivesse sido colocado nas mãos de dois presidentes ilustres, Bartolomé Mitre (1862-1868) e Domingo F. Sarmiento (1868-1874), intelectuais e homens de letras bem como políticos e estadistas. Ambos dedicaram muitos anos de serviço ao ideal de uma Argentina grandiosa; no momento ambos tinham três objetivos: unidade nacional, instituições liberais e modernização. Ao combater a confederação, Mitre tinha lutado não apenas por uma província em particular, mas contra a fragmentação e o caudilhismo. Procurou colocar e manter Buenos Aires à frente de uma Argentina unida e continuou a lutar depois de 1862. (LYNCH, 2009, p. 668)

As suas políticas de modernização ajudaram a aumentar as exportações do setor rural, investiram numa nova infra-estrutura e incentivaram a imigração. Queriam fortalecer a unidade e um poder central a partir de Buenos Aires.

2.6. Uruguai entre Blancos e Colorados

O Uruguai, depois da queda de Oribe, estava arrasado após tanto tempo de guerra, e submetido a vários tratados que beneficiavam o governo imperial. Politicamente, estava dividido entre o Partido Colorado, que ajudou a derrubar Oribe e firmou os acordos de 12 de outubro de 1851 com o Brasil, e o Partido Blanco.

Se a permanente crise política no Uruguai dava margem ao exercício da influência brasileira nessa república, da mesma forma a crise financeira tornava esse país de alguma forma dependente da presença brasileira. Se, de um lado, interessava ao Brasil que República Oriental tivesse condições de pagar suas dívidas e de se sustentar sozinha, diminuindo assim o ônus para o Império, de outro lado a dependência financeira do Uruguai não deixou de ser instrumentalizada pelo governo imperial para consolidar sua política no Prata (FERREIRA, 2006, p. 211)

“O Uruguai, era, àquela época, a zona nodal da política na Bacia do Prata.” O porto de Montevideu sempre foi uma alternativa ao porto de Buenos Aires, em 1859, com a revogação da lei de direitos diferenciais do governo de Urquiza, o porto uruguaio se tornou a principal via de escoamento das mercadorias provenientes de Entre Ríos e Corrientes. Montevideu se apresentou como uma opção política à resistência federalista argentina. (BANDEIRA, 2012, p. 206)

O presidente dos blancos que adotou uma posição mais dura e restritiva as atividades brasileiras no Uruguai era Bernardo F. Berro (1860-1864). Ele tentaria controlar os colonos brasileiros presentes em seu país através da promulgação de leis que defendiam a soberania uruguaia e o povoamento e defesa das suas fronteiras. Ele

limitou o uso do trabalho escravo nas estancias, bem como tributou o transito de gado que fosse para o Brasil, também não quis renovar os tratados de 1851. “O presidente Berro indispôs-se tanto com a Argentina, quanto com o Império, que o fim do seu governo passou a interessar a esses dois países.” (DORATIOTO, 2002, p. 46) Diante das reclamações vindas do sul, o governo imperial decidiu apoiar a revolução de Venancio Flores, em 1863. O governo de Berro, preocupado em estabelecer um equilíbrio de poder no Prata, vai propôr uma aliança com o Paraguai de Solano López. (LYNCH, 2009, p. 678, 679)

2.5. Paraguai e a Guerra do Paraguai

Um dos países de grande importância na região platina era o Paraguai, mas que entrara na análise das relações dos Estados da Prata a partir da segunda metade do século XIX. Isso é devido a política de neutralidade que foi adotada e muito bem exercida por José Gaspar Rodríguez de Francia. Paraguai foge de algum dos padrões gerais na construção do seu Estado. Primeiramente, o Paraguai foi a única área da América Latina onde os índios conseguiram resistir ao estabelecimento dos brancos de forma mais efetiva, graças à ação jesuítica anterior. Assim, o sentimento guarani sempre foi muito maior nesta área, ainda sendo, até hoje, o idioma falado pelo paraguaios dentro do território. Esta região vai conseguir, inicialmente, se organizar fora dos parâmetros das potências hegemônicas. (MOTA, 1995, p. 41)

No processo de independência liderado por Buenos Aires, em 1810, o Paraguai estava incluso como uma das províncias. No entanto, em 1811, havia uma reação guarani que se insurgia contra Buenos Aires, e derrotou a coluna militar comandada por Manuel Belgrano, que havia sido enviada para submeter aquela província. O II Congresso Geral Paraguaio, em 1813, determinou a mudança de designação do Paraguai de Província para República. O país foi liderado por Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia, um advogado e filósofo crioulo, que foi nomeado ditador por cinco anos pelo Congresso, e depois Superior Ditador vitalício, por outro Congresso, em 1816, e que ficou neste cargo até falecer em 1840. (DORATIOTO, 2002, p. 24)

Os trinta anos da ditadura de Francia foram marcados por uma estabilidade política interna, não houve guerras civis. Paraguai, com medo das intervenções e constantes lutas no Prata, manteve-se isolado. Buenos Aires colocou-se como um entreposto, desde 1810, para as exportações de erva-mate, madeira e tabaco guarani. Assim, a solução foi tornar-se autossuficiente e politicamente autônomo. Esse isolamento consolidou um tipo de economia em que o Estado era o principal agente produtivo e comercial. “O monopólio da erva-mate, da madeira e do tabaco pelo Estado constituía uma herança da Coroa de Castela, que o institucionalizara, com o objetivo de auferir maiores lucros na comercialização daqueles produtos.” (BANDEIRA, 2012, p.152) No entanto, Francia confiscou e extinguiu o segmento espanhol e o segmento da Igreja. Apesar de não ter mudado a estrutura da propriedade rural, ele se apoderou e estatizou as terras, o que fez que o poder econômico do Estado aumentasse.

A ditadura de Francia facilitou o acesso à posse da terra, mas por meio de arrendamentos. Desta forma foi possível incluir o Estado no processo da produção, fortalecer a ditadura e expandir a agricultura e algumas indústrias. Mas a economia paraguaia, por mais que tivesse se desenvolvido, não deixou de ser uma economia incipiente, calcada na abundância de mão de obra, nas riquezas naturais e uma economia a base troca. Por mais que ela tivesse tido de um início um impulso de crescimento, por volta de 1830, ela já começava a dar sinais de estagnação. (BANDEIRA, 2012, p.153, 154)

Entre 1824 a 1829, o Brasil tinha um cônsul em Assunção que tentava pleitear um tratado de limites com esse Estado. Francia queria que fosse utilizado como base o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, porém, o império exigia que o critério fosse o *uti possidetis*. Não foi possível entrar num acordo entre as duas vontades e a relação entre os países não se desenvolveu, Francia, inclusive, mandou expulsar o cônsul brasileiro, Manuel Correa de Câmara, em 1829. (DORATIOTO, 2002, p. 24)

Até 1840, o Paraguai não teve relações diretas com os seus vizinhos, o mínimo comércio que existia, era com a província de Corrientes. Queria zelar pela sua ditadura, economia e integridade territorial. O isolamento do Paraguai, imposto por Francia foi sempre muito trabalhado pelos pesquisadores dessa época.

vezes, como destaca Doratioto, o revisionismo histórico era fantasioso. López promovia mudanças mas que não conseguiram alterar a estrutura da sociedade paraguaia. Não havia uma diferença entre os interesses da família López e os interesses do Estado, eles se tornaram os maiores proprietários privados do país. (DORATIOTO, 2002, p. 30)

Em 1842, o Congresso paraguaio se reuniu para declarar a independência do país. Carlos López e sua nova postura de abertura externa, quis modernizar a economia do país, mas para isso, precisou aumentar o seu contato com o exterior. Neste contexto, Rosas vira um obstáculo, pois não reconhecia a independência do país, e para controlar a navegação do rio Paraná, dificultava o seu comércio com o exterior. O Brasil enviou à Assunção, em 1844, o José Antonio Pimenta Bueno para negociar limites, segurança e reconhecimento da sua independência. Ele tinha como incumbência negociar a livre navegação dos rios, que eram compartilhados pelos dois, como forma de acessar o Mato Grosso. Para evitar que o Paraguai aderisse a Confederação Argentina, Pimenta Bueno assinou um ato reconhecendo a independência paraguaia, sendo o primeiro país a fazê-lo. A aproximação com o Paraguai era uma das diretrizes do governo imperial para isolar Rosas no Prata. (DORATIOTO, 2002, p. 26, 27)

As fronteiras guaranis com o Brasil e a Argentina ainda não estavam definidas, isto era fonte de constante atrito entre eles e os seus países vizinhos. Para dirimir isso, procurou fazer uma aliança com o Brasil e com Corrientes quando López encontrou dificuldades em conter o avanço de Rosas.

Rosas reagiu com um bloqueio e López respondeu com a guerra, em 1845; mas essa foi uma atitude prematura, pois o Paraguai ainda não possuía um poder militar independente e somente poderia enfrentar uma guerra como instrumento do Brasil. Foram essas experiências humilhantes que levaram López a modernizar o país. A queda de Rosas, na qual o Paraguai não teve outra participação além de uma aliança formal com o Brasil, deu-lhe condições de romper o isolamento. Em 1853, a confederação argentina declarou livre a navegação dos rios. Entre 1852 e 1860, pelos tratados que as potências americanas e européia assinaram com López, o sistema fluvial foi aberto aos barcos estrangeiros. (LYNCH, 2009, p. 684)

Já com o governo imperial, em que o litígio fronteiro versava sobre a soberania dos rios Banco e Apa. O Brasil dizia que o rio Apa era uma zona de fronteiras com base no princípio *uti possidetis*, pois havia cidadãos brasileiros vivendo nesta região. O Paraguai não aceitava, e durante a década de 1850, Carlos

López criava obstáculos para que os navios brasileiros navegassem no rio Paraguai. Como a navegação essa área era de vital importância, o Brasil não hesitou em ameaçar o governo paraguaio com uma guerra. Como o Paraguai não estava preparado, assinou o tratado em 1856 com o Império que garantia a livre navegação, mas não conseguiram chegar a nenhum acordo em relações as fronteiras, postergando essa decisão. (DORATIOTO, 2002, p. 32, 33)

Depois da derrubada do governo de Rosas, as duas unidades políticas que se formaram do que era a Confederação Argentina reconheceram a independência do Paraguai e deram livre navegação a esse Estado pelo Prata e pelo rio Paraná. “Garantido seu acesso ao mar, o Estado paraguaio implementou, pouco a pouco, uma estratégia de ‘crescimento para fora’. Baseava-se essencialmente nas exportações de produtos primários para o mercado regional e mundial, viabilizadas com a liberdade de navegação existente no Prata a partir da década de 1850.” (DORATIOTO, 2002, p. 29) López financiou o surto de progresso, não pediu nenhum empréstimo, usou apenas a receita do comércio exterior, que havia muito crescido depois da abertura do Rio da Prata à navegação. O governo tinha grandes recursos vindos do monopólio da comercialização da erva-mate, do tabaco e da madeira, bem como dos arrendamentos de terra. (BANDEIRA, 2012, p. 156, 157)

Depois de 1852, com a abertura fluvial, López começou a importar tecnologia em larga escala. Ele enviou seu filho, Francisco Solano López para Europa para importar técnicas e equipamentos para dar ao Paraguai uma infra-estrutura moderna de indústria, transporte e armas. Mas os investimentos paraguaios não constituíram um fluxo contínuo de capital, tudo foi pago pelos López e trazido da Europa a altíssimos custos. Carlos López criou uma nova estrutura, mas não conseguiu promover o desenvolvimento. A estrutura da sociedade praticamente não foi alterada, pois a mão de obra qualificada, como engenheiros, arquitetos, médicos e professores, todos foram importados. Assim, tem-se uma modernização sem desenvolvimento. (LYNCH, 2009, p. 683, 684)

Solano López, que era general, foi a Grã-Bretanha e estabeleceu uma grande conexão entre a firma John & Alfred Blyth Steam Engine Works Co. Essa firma era uma das maiores e mais avançadas da época, vendeu ao governo paraguaio um moderno navio de guerra, bem como equipamentos bélicos e toda uma assistência técnica para a construção de seis vapores. (BANDEIRA, 2012, p.155)

É fantasiosa a imagem construída por certo revisionismo histórico de que o Paraguai pré-1865 promoveu sua industrialização a partir ‘de dentro’, com seus próprios recursos, sem depender dos centros capitalistas, a ponto de supostamente tornar-se ameaça aos interesses da Inglaterra no Prata. Os projetos de infra-estrutura guarani foram atendidos por bens de capital ingleses e a maioria dos especialistas estrangeiros que os implementaram era britânica. As manufaturas oriundas da Inglaterra chegaram a cobrir, antes de 1865, 75% das importações paraguaias, quase todas originadas de Buenos Aires, em operações controladas por comerciantes britânicos ali instalados. (DORATIOTO, 2002, p. 30)

Mesmo contra sua vontade, Carlos López permitiu a livre navegação fluvial para ganhar tempo enquanto colocava o país em condições de lutar contra seus vizinhos. Os seus preparativos bélicos eram para poder se defender, caso houvesse uma intervenção desses países na sua autonomia, e não na ofensiva. A tentativa de impedir que o Império navegasse pelo rio, era porque Carlos López era dominado pela idéia que o Brasil iria fortalecer a província do Mato Grosso militarmente. (DORATIOTO, 2002, p. 33, 35 e 36)

Carlos Antonio López faleceu no dia 10 de setembro de 1862, e pouco antes de falecer ele instruiu seu filho, Francisco Solano López, que seria seu substituto no cargo de presidente, a não resolver as questões internacionais pendentes pela espada, e sim pela diplomacia, principalmente com o Brasil. De acordo com Lynch, Solano López sonhava com um império sul americano, governado a partir de Assunção e comandado por López II e, para atingi-lo, colaborou estreitamente com seu pai na construção de uma máquina militar e de base industrial. E, quando sucedeu ao pai no governo, estava determinado a projetar essa nova força para o exterior e converter o Paraguai no guardião do equilíbrio de poder no rio da Prata. (LYNCH, 2009, p. 685)

A tensão regional, como chama Doratioto, começou em 1862, quando todo o panorama político da região platina sofria alguma alteração:

Para os Estados platinos, o ano de 1862 foi um marco, quer para as respectivas políticas internas, quer para as relações entre eles. No Paraguai, Francisco Solano López ascendeu ao poder; na Argentina, houve a reunificação nacional sob a liderança de Buenos Aires e, no Brasil, o Partido Liberal substituiu o Conservador no governo. Nesse ano, também teve fim a moratória para a definição dos limites estabelecida pelo Paraguai com o Império e a Confederação Argentina na década anterior. As relações do novo governo paraguaio deterioraram, a partir de 1864 de forma acelerada, tanto com o Império como com a República da Argentina, levando o Paraguai à guerra contra esses dois países que, juntamente com o Uruguai, constituíram a Tríplice Aliança para enfrentar Solano López. (DORATIOTO, 2002, p. 39, 40)

No poder, Solano López, com 36 anos na época, deu continuidade à tradição autoritária paraguaia. O Estado guarani, nesse período, era dono de quase 90% do território nacional e controlava 80% do comércio interno. López assumia um Paraguai unificado, modernizado, sem dívidas, contando com a presença de uma classe média estrangeira e com diversos técnicos. A modernização era quase toda de caráter defensivo ou militar, as técnicas agrícolas nunca foram implantadas ou atualizadas. Por isso, para manter o ritmo de desenvolvimento, a economia paraguaia precisava ampliar seu comércio externo. Esse panorama fez com que o Paraguai comesse a se interessar mais sobre as questões platinas. Se até então, os problemas do Paraguai eram proteger e delimitar dentro do seu território o que eles tinham, depois ele começou a procurar a expansão, e aumentou a área de proteção. (DORATIOTO, 2002, p. 44)

As intenções paraguaias de alterar o quadro político do Prata, iriam confrontar diretamente toda a construção hegemônica brasileira na região. Essa nova postura também iam confrontar os interesses argentinos na região. Mitre, em 1862, havia acabado de vencer Urquiza, unificou a Argentina, mas restaram algumas resistências federalistas, como em Entre Ríos e Corrientes. Assim, a ascendente força paraguaia e a sua aproximação ao governo dos blancos no Uruguai, para usar o porto de Montevideu para ampliar as suas relações comerciais, era vista como uma resistência federalista contra Mitre. “Ao Estado centralizado que Buenos Aires procurava consolidar, os blancos contrapunham um entendimento entre seu país, o Paraguai e aquelas duas províncias argentinas.” (DORATIOTO, 2002, p.45)

O presidente Berro, depois de se indispor com a Argentina e com o Brasil, viu que o seu governo estava ameaçado. A Argentina precisava consolidar o seu Estado Unitário e Berro e os federalistas provinciais eram um entrave. O Brasil tinha interesse em atender as queixas dos estancieiros do Rio Grande do Sul e a pressionar militar e diplomaticamente o Paraguai em relação as fronteiras e navegação. Em 1863, Venancio Flores saiu de Buenos Aires com tropas para invadir o Uruguai. Bernardo Berro se viu obrigado a acelerar sua aproximação com Assunção para poder defender-se. (DORATIOTO, 2002, p. 46) Flores iniciou a sublevação dos estancieiros, e como contava com a presença de diversos brasileiros, o conflito reclamou a proteção do governo imperial.

Se é certo que a classe mercantil de Montevideu se voltava para o Paraguai (e também para Entre Rios e Corrientes), da mesma forma que a de Buenos Aires, mais poderosa, para as províncias do interior e do litoral da Bacia do Prata, por modo de expandir seus negócios, o Paraguai, em função do desenvolvimento que alcançara, precisava igualmente aumentar o ritmo dos seus investimentos, mediante a importação de tecnologia estrangeira, como até então o fizera. E isto o impulsionava a ressurtir de suas conchas, a projetar-se cada vez mais para fora de suas fronteiras, a imiscuir-se nas contendas da Bacia do Prata, a buscar seu Lebensraum. O Uruguai tinha os portos. O Paraguai, as armas. (BANDEIRA, 2012, p. 227)

O plano do governo uruguaio foi estabelecer uma nova aliança de poder dentro da região do Prata que fugisse a polarização Argentina ou a polarização brasileira. Por isso ele vai procurar apoio no Paraguai, inclusive para se opor a provável aproximação entre Brasil e Argentina, que começaram a ter comuns interesses. E de fato, as negociações do império com Mitre começaram já desde o final de 1859. A sublevação dos colorados de Flores e incitada pela Argentina, já convergia com os interesses brasileiros, o que viabilizou o entendimento dos dois governos em relação a política a ser adotada na área. (BANDEIRA, 2012, p. 211)

Em 1863, Herrera tornou-se ministro de Relações Exteriores do Uruguai. Planejou, então, implementar uma política externa independente, verdadeiramente nacional, rompendo com a postura de pendular uruguaia diante da Argentina e do Brasil, na qual, quando o governo uruguaio se sentia ameaçado por um desses países, buscava proteção no outro. Com a política paraguaia parecia estar estruturada no sentido de enfrentar as pressões tanto do Rio de Janeiro, quanto de Buenos Aires, o novo chanceler uruguaio preconizou uma aliança com o Paraguai, como forma de estabelecer um novo sistema de equilíbrio de poder regional. (DORATIOTO, 2002, p. 46)

No início de 1864 as tensões na região aumentavam. A articulação entre Paraguai, Uruguai e as províncias de Entre Ríos e Corrientes poderia constituir a base de uma nova Confederação na região. Porém, não era de interesse nem brasileiro e nem portenho promover uma guerra contra o Paraguai, o problema condensava-se no Uruguai. A situação piorou quando, em 1864, o mandato de Berro acabou e Atanasio Aguirre, da facção blanca mais radical, assumiu a Presidência da República em caráter provisório. No Brasil, neste mesmo ano, o brigadeiro Antônio de Souza Neto, saladerista e estancieiro do Uruguai, foi para o Rio de Janeiro e ameaçou o governo imperial caso ele não intervisse a favor dos brasileiros e do Rio Grande do Sul. (BANDEIRA, 2012, p. 215)

Diante de toda esta situação, o governo imperial foi perguntar ao marquês de Caxias sobre a intervenção ao Uruguai. Ele era um dos maiores expoentes do Partido

Conservador e autoridade militar do Império, além de ter muita experiência no Rio Grande do Sul e na Prata. Sua resposta foi completamente negativa, era totalmente contra a intervenção naquela área. No entanto, o governo temia que se não entrasse no conflito, a vitória de Flores fosse favorável somente a Argentina. Isso porque a Argentina já dava claros sinais que se preparava para interferir, afinal, sua sobrevivência dependia do bom funcionamento das relações da região. O Brasil não poderia deixar ela interferir sozinha. (DORATIOTO, 2002, p. 52)

Em 1864, assumiu o blanco Aguirre, que era da facção que jurara resistir tanto à política do Brasil quanto à do governo argentino e que depositava fé na ajuda de Solano López e na máquina bélica paraguaia. Os chanceleres argentinos e brasileiros tentaram negociar uma postura menos radical com Aguirre. Na medida em que ele não colaborou, o governo brasileiro enviou algumas tropas para a fronteira gaúcha. Diante disto, o governo uruguaio mandou uma missão diplomática para o Paraguai e persuadiu o ditador guarani de que o Brasil iria invadir o Uruguai e, mais uma vez, anexá-lo. Solano López, no dia 30 de agosto, avisou que qualquer ação “atentatória do equilíbrio dos Estados da Prata” seria de interesse paraguaio e que não se responsabilizava pelas consequências do ato brasileiro. (DORATIOTO, 2002, p. 57, 58, 59)

O protesto da Chancelaria paraguaia, apresentado à Legação do Brasil em Assunção, e o predomínio da influência dos blancos radicais sobre o presidente Aguirre, reduziram a margem para uma solução diplomática para a crise uruguaia. Os governos argentinos e brasileiros se convenceram de que essa crise somente terminaria com o próprio fim do governo de Aguirre. Já para Solano López, essa situação apresentava-se como a oportunidade de o Paraguai impor-se como potência regional. (DORATIOTO, 2002, p. 59)

Em julho de 1864, foi concordado entre o ministro argentino e o brasileiro que eles agiriam conjuntamente caso o Paraguai viesse em auxílio aos blancos, que eles pretendiam derrotar. Diante dessa atitude, López viu seus temores confirmados e sua convicção de que o Brasil e a Argentina planejavam dividir o Paraguai entre si. Quando em setembro de 1864, as tropas brasileiras se deslocaram ao Uruguai, para pressionar e reforçar os pedidos do Brasil de indenização pelos prejuízos causados aos cidadãos brasileiros e, também, para colocar os *colorados* no poder, o governo guarani resolveu agir. Assim, o Paraguai respondeu apreendendo navios brasileiros no rio Paraguai e com a invasão do território brasileiro no Mato Grosso. (GRAHAM, 2009, p. 815) Assim começou a Guerra do Paraguai. “Esse foi o primeiro de seus

muitos erros estratégicos: talvez tivesse sido mais conveniente atacar o Brasil no Uruguai, mas não no coração de seu próprio território.” (LYNCH, 2009, p.687)

No entanto, López não tinha como ajudar Montevideu, ele não tinha meios para mandar nem 4 mil homens para esta cidade, muito menos recursos financeiros para conceder ao aliado blanco. Acreditava na dissidência de Urquiza, e imaginava que este iria lhe acrescentar com um exército numeroso. Como Solano López achava que podia contar com o apoio de Urquiza no nordeste da Argentina, por isso ele ordenou que suas tropas cruzassem o território argentino e, assim, viu-se em guerra também com a Argentina. O pedido de transito das tropas guaranis pelo território de Misiones em direção ao Rio Grande do Sul, também havia sido negado ao governo imperial, mas mesmo assim, ele não hesitou, e declarou guerra a Argentina também. (BANDEIRA, 2012, p. 232)

A invasão da Argentina, como a que aconteceu no Brasil, foi um ato unilateral do ditador López. Porém, na mesma época, um representante plenipotenciário imperial, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, havia chegado a Buenos Aires para começar a negociar o Tratado da Tríplice Aliança. Nele foram divididos os territórios dos quais queriam se [apropriar](#), mas estava estabelecido que nenhum dos aliados poderia incorporar o Estado paraguaio como consequência da guerra, se deveria preservar a autonomia daquele território. O Uruguai, pelo Tratado, não ganhava nenhuma possessão. “E com tais estipulações, *inter alia*, Almeida Rosa, pelo Brasil, Elizalde, pela Argentina, e Carlos de Castro, pelo Uruguai, em 1º de maio de 1865, divulgou-se apenas o protocolo, que continha o resumo das cláusulas” (BANDEIRA, 2012, p. 240)

“As cláusulas secretas do tratado assinado em maio de 1865 pelo Brasil, Argentina e Uruguai estipulavam, entre outras coisas, a transferência do território paraguaio sob disputa para a Argentina e o Brasil, bem como a abertura dos rios paraguaios aos comércio internacional e a deposição de López. Quando essas estipulações chegaram à imprensa, levantou-se um clamor internacional, mas os aliados não abandonaram seus objetivos.” (GRAHAM, 2009, p. 816)

Amado Cervo demonstra a dificuldade diplomática que era prever o desenvolvimento dos acontecimentos no Prata. Até porque López cometeu diversos erros como estrategista:

No Brasil e na Argentina, alimentava-se a ingenuidade de que o Paraguai não faria a guerra, e por isso era desqualificado internacionalmente sem receios. Ora, López agia por si, tanto é que ao atacar os dois países, não foi

em socorros dos blancos, e essas atitudes, que desnorream diplomatas e políticos de então, são hoje mais compreensíveis. Três erros básicos cometeu López, ao desencadear a guerra: acreditar na dissidência de Urquiza, que acabou colocando sua espada à disposição de Mitre; contar com os blancos que debandaram ante as tropas brasileiras; dispersar o exército, em vez de tomar Montevideu e Buenos Aires e negociar em posição de força. Também não calculou a facilidade com que se concluiria a tríplice aliança de 1º de maio de 1865, embora não lhe faltassem informações para perceber que vinha essa aliança sendo gestada pelo menos, desde 1857. (CERVO, 2010, p. 123)

Para o ditador paraguaio, a entrada brasileira no território uruguaio era o prenúncio que seu território ia ser atacado em seguida. Solano López cometeu vários equívocos na análise da política do Prata. Mas o pior e mais letal, foi em relação a sua superioridade militar, que o fez adotar uma posição de força contra o império. López ao ver a intervenção brasileira no Uruguai, subestimou o poder imperial. Havia sido uma investida desorganizada, uma demonstração de fraqueza pois foi difícil e demorado em mobilizar tropas. Porém, López havia encomendado material bélico inglês, não contava que a força naval aliada fosse capaz de obstruir o Rio da Prata e a faria sufocar, não podendo recebê-los.

Não corresponde à realidade a descrição feita por parte da historiografia militar brasileira e por historiadores revisionistas de que o Exército paraguaio era bem adestrado e armado. São vários os relatos de combatentes aliados quanto à magreza e quase nudez dos soldados guaranis. Essas carências, agravadas pela má condução da guerra por Solano López, não impediam, porém, que as forças paraguaias lutassem bravamente durante os longos anos do conflito. De todo modo, a força de linha paraguaia era numericamente superior à de seus vizinhos, os quais ainda não dispunham de embarcações encouraçadas. (DORATIOTO, 2002, p. 92, 93)

Em seu livro, Bandeira deixa claro através de passagens de diplomatas que estavam envolvidos com o conflito na época, que López, através de uma falsa demonstração de solidariedade ao Uruguai, tencionava atacar o Brasil ao nordeste de sua fronteira, para resolver as questões de fronteira e se apossar do território que havia sido disputado pelos dois governos. Ele não estava interessado em ajudar o vizinho, ele queria dominar os terrenos limítrofes de sua fronteira. Tanto isso é verdade, que as tropas paraguaias nunca chegaram ao Uruguai. O Brasil e Argentina conseguiram resolver os desdobramentos na região, o governo blanco foi deposto e Flores foi vitorioso. (BANDEIRA, 2012, p.235)

A historiografia contemporânea não consegue dar a mesma importância que a literatura revisionista para a interferência inglesa como fomentadora e interessada

em destruir o poder do Paraguai na região. Doratioto (2002) e Bandeira (2012) não acreditam que a Grã-Bretanha fosse responsável e estivesse por trás do Império Brasileiro para começar a guerra contra o Paraguai. “Este é um teorema que nem a lógica nem os fatos comprovaram.” (BANDEIRA, 2012, p. 242) Como foi demonstrado aqui, a guerra foi decorrente do jogo de conflito na região, as causas foram completamente americanas.

Desde o início, a guerra não foi favorável aos paraguaios. Em 1865, os brasileiros já haviam destruído grande parte dos esforços paraguaios. “Mas o Brasil, ansioso por afirmar sua hegemonia na região, repeliu os esforços de paz do Paraguai.” (GRAHAM, 2009, p. 816)

Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra os dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão estreita. López precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca. (...) Já no início da guerra (junho de 1865), sua frota foi praticamente destruída na batalha de Riachuelo, e as forças navais e militares brasileiras puderam penetrar rio acima até o coração do Paraguai. (LYNCH, 2009, p. 687)

A guerra só terminou no dia 1º de março de 1870, quando López foi morto e [seu cadáver](#) capturado na batalha de Cerro Corá. O conflito se estendeu por tanto tempo pois foi uma determinação do governo brasileiro que López fosse eliminado, como fez com Rosas no passado. Assim, a sua condução e prolongamento foi da vontade do Estado brasileiro. A guerra foi toda financiada pelos recursos do Tesouro brasileiro. (CERVO, 2010, p. 123)

O Brasil conseguiu triunfar, ao final da guerra, demarcou conforme suas conveniências geopolíticas, as fronteiras com a Argentina, Paraguai e Bolívia. No entanto, o Império se enfraqueceu com a guerra e logo depois entrará em colapso. Mas devido a sua debilidade, não conseguiu se empenhar seriamente em submeter a economia paraguaia à sua. (BANDEIRA, 2012, p. 276) Não conseguiu resolver as contradições internas no Uruguai, e as perdas do Paraguai foram irreversíveis:

Sem dúvida, o Paraguai realizou subsequentemente uma versão inferior do crescimento orientado para a exportação, típico de outras partes do Prata, mas acabou não conseguindo empreender o processo de modernização do qual ele próprio fora o pioneiro e que agora era monopolizado pela Argentina e pelo Uruguai. Em termos territoriais, o Paraguai também perdeu, mas, felizmente para ele, a rivalidade entre a Argentina e o Brasil impediu que acontecesse um desmembramento maior. O país foi forçado a ceder ao Brasil o território a nordeste do rio Paraguai; e perdeu para a

Argentina o território de Misiones, entre o Paraná e o Uruguai, e outras terras mais a oeste. Em termos políticos, o país desintegrou-se. A era dos grandes ditadores havia chegado ao fim e nada preenchia o vácuo; a oposição que se exilara retornou, e o Paraguai ingressou num período de golpes, trocando de caudilhos e de constituições inexequíveis. A versão paraguaia do desenvolvimento foi, portanto, um desperdício total de energia, de dinheiro e de vidas. (LYNCH, 2009, p. 688)

E Francisco Doratioto, em seu livro sobre a Guerra do Paraguai (2002), vem defender que não existem vítimas dentro desse processo, a posição que normalmente os guaranis se colocam quando são abordado sobre o conflito:

A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes, tendo por base de informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há ‘bandidos’ ou ‘mocinhos’, como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, graças a uma aliança com os blancos uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionado pelos blancos e por Solano López; para os blancos, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depois Solano López. (DORATIOTO, 2002, p. 93, 96)

Cada um tinha diferentes interesses na região, e esses interesses, uma vez que eram conflitantes, desencadearam a guerra. O governo autoritário e equivocado de López fez com que, o que poderia ter sido negociado diplomaticamente, acabasse em guerra. O Paraguai havia sido a mais autônoma das províncias, mas López sentiu que sua autonomia e integridade territorial estavam ameaçadas pelas constantes interferências brasileiras, bem como as interferências portenhas nas questões de política interna das províncias da região. Assim, como fazia pouco tempo que havia começado a investir na segurança do seu país, calculou errado sua força. Ele possuía uma vantagem bélica, mas não era estável, ele não tinha recursos para manter essa vantagem a longo prazo. Ela era fruto de um investimento circunstancial,

momentâneo e estratégico, e não o resultado da estabilidade de uma grande nação. Os países aos quais ele desafiou já possuíam uma estabilidade como poder na região, poderiam não ter a vantagem numérica, mas eram, no caso do Brasil um Estado consolidado, países com um histórico de conflito na região. Assim, [pode-se](#) perceber que o conflito e a constante interferência dos Estados em construção no século XIX desembocou no mapa da Região Platina que [hoje se conhece](#).

A política de força no Prata foi um patamar para a formação da hegemonia regional brasileira. As intervenções no Prata obstaculizou o surgimento de um segundo Estado poderoso na região (*challenger*), que deu ao Brasil meios para projetar poder e capacidades, transformando o país em um *paymaster* na região, o que o fez organizar a política Sul-Americana a partir de seus interesses. Assim, frustrou os intentos argentinos e paraguaios, e fez o Brasil se firmar como ator mais imponderado política, econômica e militarmente na região. Posição que ocupa até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa do trabalho é deixar claro como foi o processo de construção da hegemonia regional brasileira. A região do Prata foi essencial para o estabelecimento do Brasil como, mais que um gigante nacional, a potência da América do Sul. Essa construção foi paralela a consolidação dos Estados no século XIX. Muitos estudos mostram o Brasil como potência, e que como tal, líder das integrações regionais americanas, tal como o Mercosul e a UNASUL, no entanto, é necessário saber como ele alcançou este posto historicamente.

Por isso foi necessário discorrer sobre o que é hegemonia e hegemonia regional, no primeiro capítulo, deixar claro como a teoria das relações internacionais percebe essa hierarquização do sistema internacional. Logo depois são narrados historicamente quais foram as políticas internas e as relações interestatais que estabeleceram os novos países da região da Prata no pós-independência. As histórias desses países se entrelaçam. O século XIX foi o século em que os Estados nacionais se construíram, e até a sua formação definitiva, como conhecemos, todos lutaram por melhores posições dentro deste cenário.

O Brasil fez parte e ajudou a construir o mapa na Bacia do Prata. Sua presença foi constante nessa área de conflito. Assim como foram constantes as tentativas portenhas de construir a sua própria hegemonia perante os vizinhos. Em geral, podemos dizer que as interferências brasileiras foram mais bem sucedidas, por um lado sempre conseguiram al4()-5-60(int)-3(TJ Tm[(he)c)4()-14024 340g

requisitos do conceito: a) comandou, pela via diplomática, um sistema de acordos e alianças favoráveis aos desígnios da vontade nacional; b) usou da força para dobrar a vontade dos Estados platinos, quando o requeriam as circunstâncias; c) submeteu os mesmos Estados à dependência financeira, por meio de empréstimos e dívidas públicas; d) abriu-os à penetração econômica privada e garantiu o fornecimento de matérias-primas indispensáveis à manutenção de seu sistema produtivo; e) obstou ao aparecimento de uma hegemonia concorrente no período. (CERVO, 2010, p. 125)

Assim, quando Gramsci fala que a hegemonia é a possibilidade de imprimir a vontade autônoma do Estado, e que ele exerce a função de chefe guia em um sistema de aliança, [é possível](#) ver tal atitude nas políticas externas brasileiras, que sempre conseguiram cooptar interesses parecidos com os seus para impor sua vontade na região, formou as mais diversas alianças, algumas contraditórias com as próprias políticas internas. Por exemplo, depois da queda de Rosas, em 1852, apesar de o governo imperial ter as diretrizes ideológicas mais próximas dos unitários e liberais buenosaienses, eles vão, por motivos pragmáticos, se alinhar a Urquiza na região.

Luiz Alberto Moniz Bandeira, um dos autores que mais foi usado nessa análise como referência, no capítulo que ele vai explicar o Brasil como grande potência na Bacia do Prata³, ele introduz fazendo uma síntese de Gramsci:

Gramsci assinalou, em um de seus cadernos, que a possibilidade de imprimir à ação estatal uma direção autônoma, com influência e repercussão sobre os outros Estados, determina o modo pelo qual a condição de grande potência se exprime. E acentuou que a grande potência, cuja força militar sintetiza o valor da extensão territorial (com população adequada, naturalmente) e do potencial econômico, é “hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menos limites do previsível, dão segurança de vitória “significa dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência”, isto é, significa obter um parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem necessidade de combater. A tranquilidade interna, entendida como o grau de intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente, constitui também um requisito indispensável para que um Estado possa projetar sobre outros vontade social de suas classes dominantes. (BANDEIRA, 2012, p. 199)

Dessa forma que Gramsci liga diretamente o conceito de grande potência com o poder de fazer guerra, mesmo que seja o poder virtual. Esta sempre foi a crença brasileira, que o gigante nacional, com tantos recursos, era superior a todos os seus vizinhos, mesmo que o poder não estivesse materializado em uma máquina de guerras.

³ O capítulo X da sua obra *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata*.

Com um território de cerca de 8 milhões de quilômetros quadrados, uma população da ordem de 10 a 11 milhões de habitantes, ou seja, de cinco a mais de dez vezes superior à qualquer outro país da América do Sul, e um aparelho de Estado capaz de empreender, internacionalmente, uma ação autônoma, tanto diplomática quanto militar, o Império do Brasil, assegurada sua tranquilidade interna, pôde exprimir-se como grande potência, em face da Bacia do Prata. E, no curso da década de 1850, impôs aos países daquela região um sistema de alianças e de acordos, que visavam não o equilíbrio de forças, mas à consolidação de sua hegemonia, em substituição à de França e Grã-Bretanha. (BANDEIRA, 2012, p. 200)

O sistema mundo de Wallerstein explica o processo de acumulação de capital ao longo do tempo e do espaço, e assim demonstra o funcionamento de uma ordem hierárquica nas relações internacionais. Esse mesmo sistema desenhado por ele, é o que delineia que na região do Prata, a ordem hierárquica sempre existiu, por mais que ela tenha se transformado devido a acumulação de capital dos tempos, ela não foi radicalmente alterada. Paraguai tentou alterar sua posição através da tentativa de uma maior acumulação de capital, no entanto, apesar de ter tido sucesso em ascender na região, não conseguiu consolidar-se como tal, e sua política externa o vez voltar a ter uma importância reduzida na região.

Para Arrighi as hegemonias nascem do caos epistêmico, se não existe nenhuma ordem, aparece alguém interessado em encabeçar a criação de alguma. Artigas, Oribe, Rosas e López constantemente aparecem na literatura como as formas de governo que surgiram para controlar o estado anárquico em que vivia a região platina na época.

O contemporâneo Organski divide os países do topo da hierarquia em dois grupos: os poderosos satisfeitos e os insatisfeitos. Os que tem poder e não estão satisfeitos com a sua posição são os desafiantes, estes tentam estabelecer uma nova ordem, já que tem poder para alterar as estruturas do sistema. Foi isso que Paraguai achou que estava fazendo, a partir do momento que estava passando por um processo de industrialização, que já possuía armamentos de qualidade, se sentiu no direito de desafiar as potências do Prata e criar uma terceira via de poder, como já foi exposto na análise de Doratioto anteriormente: “Com a política paraguaia parecia estar estruturada no sentido de enfrentar as pressões tanto do Rio de Janeiro, quanto de Buenos Aires, o novo chanceler uruguaio preconizou uma aliança com o Paraguai, como forma de estabelecer um novo sistema de equilíbrio de poder regional.” (DORATIOTO, 2002, p. 46) A idéia de equilíbrio na Bacia do Prata surgiu com os

blancos e López a encampou. O Império do Brasil, àquela época, o que pretendia manter e aumentar sua influência, como a única potência na América do Sul.

A ação no sentido de aumentar sua presença no Prata colocou Assunção em rota de colisão com o Império. Este buscava manter o status quo platino, que se caracterizava pelo desequilíbrio favorável ao Brasil, hegemônico na área por ter sido, até então, vitorioso em influir sobre os Estados da região, por meio de um sistema de alianças. (DORATIOTO, 2002, p. 44)

Outra explicação de Organski, que já foi abordada aqui, é que tem que existir paridade de poder para que haja a possibilidade de guerra. Quando há um desequilíbrio, o país que está insatisfeito não pode promover mudanças, ele não vira um desafiante pois não pode desafiar. Esta situação ocorreu com o Paraguai, quando na década de 1850, Carlos López, achando que interferia na soberania do próprio país, começou a criar obstáculos para a passagem dos navios brasileiros pelos rios Branco e Apa – que eram fonte do litígio entre Brasil e Paraguai. O Brasil não podia aceitar tal situação e usou seu poder virtual para pressionar o governo guarani, ameaçou uma guerra. O Paraguai não tendo como lutar, assinou um tratado em 1856 que permitia a livre navegação imperial dos rios, mesmo que não tivesse estabelecido fronteiras.

Os países não procuram sempre somente maximizar o seu poder, eles querem estar satisfeitos e ter uma boa posição dentro do cenário internacional, de acordo com Organski e Kugler. Buenos Aires passou quase metade do século tentando uma melhor posição dentro do continente.

De acordo com Lemke, a hegemonia regional existe enquanto um lado tiver a preponderância do poder, assim as chances de conflito são muito menores. O que aconteceu no século XIX é que o Brasil ainda não tinha uma preponderância irrevogável. Ele a construiu ao intervir nas políticas da Região do Prata. Pois ele tinha o poder virtual, mas só ao transformá-lo em poder real que ele conseguiu alcançar sua posição dentro do sistema sub-regional.

Assim, o século XIX foi o período das independências e construções das identidades nacionais na América Latina. As jovens nações precisavam estabelecer fronteiras e se relacionar autonomamente. O Brasil neste contexto, que já era um gigante territorial, quis se reafirmar como uma grande nação líder e delimitar seu espaço. No entanto, para isto foi necessário que ele interviesse e demonstrasse toda a sua real capacidade, sendo a região do Prata uma área importantíssima que carecia ser protegida. É neste período que o Brasil tem espaço para agir. A hegemonia regional

brasileira foi construída através dessas intervenções. As Guerras do século XIX, nesta região, foram grandes mobilizações militares, que ajudaram a construir politicamente, militarmente e ideologicamente a nação brasileira, sendo a Guerra do Paraguai a mais importante e relevante. Essas guerras contribuíram para o Brasil se firmar como potencia regional, legado que é carregado até hoje pela política externa brasileira. Sendo esse o objetivo do trabalho, promover a união do contexto histórico e o aporte teórico de relações internacionais para demonstrar a construção da posição brasileira dentro desse continente.

Como foi visto no contexto dos modelos teóricos (Capítulo 1), os países hegemônicos regionalmente tendem a liderar processos de integração com seus vizinhos. A hegemonia sustentada pelo Brasil vai encabeçar as integrações no século XX e a colocar o Brasil, no século XXI como uma potência emergente (*emerging power*) dentro do cenário internacional mundial.

Contudo, a formação desse bloco regional, cujos países tem interesses próprios, muitas vezes conflitantes, vive constantemente oscilando entre acordos e desacordos, concessões e imposições. Pelo fato de o Brasil estar ostentando, nos últimos anos, uma condição econômica relativamente favorável quando comparada à situação da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, não são incomuns práticas protecionistas desses países com vistas a obter melhoria na sua balança de pagamentos.

E a economia é fator fundamental para a obtenção de estabilidade social. Por essa razão é que se podem compreender os esforços diplomáticos que vem sendo feitos para fortalecer esse grupo de países que compõe o Mercosul, tornando-o cada vez mais forte comercial e politicamente, com vistas a obter maior inserção na política mundial e reconhecimento da comunidade internacional.

Assim, a hegemonia já não se limita a uma visão unitária de país, mas à necessidade que sobrevem de que a liderança depende da força também dos aliados. E a construção de blocos econômicos fortes que promovam sinergias e complementariedades, pode se constituir um importante legado dos países que superaram, a penosas custas, um passado de enfrentamentos e belicosidade.

A história retratada nessa monografia reescreve fatos e acontecimentos que contribuíram para formar o Brasil de hoje, e o Mercosul que conseguimos construir... Poderia ser melhor, poderia ser diferente. Mas é o que conseguimos.

Referências

ARRIGHI, Giovanni, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. – 4 Ed., rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BARRETO, Célia de Barros, *O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. 9ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina: da Independência a 1870*, Volume III; tradução Maria Clara Cescato – 1º Ed., 2º reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF – Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BOBBIO, Norberto, *Dicionário de política I*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

CERVO, Amado Luiz, *História da política exterior do Brasil/ Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno* – 3º ed. 2º reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J., *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Tradução dos textos em castelhano por Sérgio Molina. – São Paulo: Ed. 34, 2004

FERREIRA, Gabriela Nunes, *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. – São Paulo: Huritec, 2006.

FLEMES, Daniel, *Brazil's vision of the Future Global order*. – Rio de Janeiro, 2009

GILPIN, Robert, *The Political Economy of International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GRAHAM, Richard, O Brasil de meados do século XIX à guerra do Paraguai. in: BETHELL, Leslie (org.), História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III; Leslie Bethell organizador; tradução Maria Clara Cescato. - 1 ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF - Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUEDES, Max Justo, *A Guerra: Uma análise*. in: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.), *A guerra do Paraguai: 130 anos depois*, Rio de Janeiro: Reluma-Dumaá, 1995.

HURREL, Andrew, *The Regional Dimension in International Relations Theory*. In: *Global Politics of Regionalism, Theory and Practice*. Edited by HETTNE, Mary F. And LANGENHOVE, Luk Van. London: Pluto Press, 2005

KUGLER, Jacek e ORGANSKI, A.F.K.. *The power transition: a retrospective and prospective evaluation*. In: *Handbook of War Studies*. Edited by MIDLARSKY, Manus I., New York: Routledge, 2011

LEMKE, Douglas, *Dimensions of hard power: Regional Leadership and Material Capabilities*. In: *Regional Leadership in Global System, ideas, interests and strategies of Regional Powers*. Edited by Daniel Flesmes, 2005.

LYNCH, John, *As Repúblicas do Prata, da Independência à Guerra do Paraguai*. in: BETHELL, Leslie (org.), História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III; Leslie Bethell organizador; tradução Maria Clara Cescato. - 1 ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF - Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MATTLI, W, *The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond*. New York: University of Cambridge Press, 1999.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.), *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995

MOTA, Guilherme Carlos, *A guerra contra o Paraguai - A história de um silêncio*. in: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.), *A guerra do Paraguai: 130 anos depois*, Rio de Janeiro: Reluma-Dumaá, 1995.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar, *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, 7ª reimpressão.

ORGANSKI, A.F.K., *The Power Transition*. 1958.

PEDERSEN, Thomas, *Cooperative hegemony: power, ideas and institutions in regional integration*. in: Review of International Studies, Vol. 28, No. 4 (Oct. 2002), pp. 677-696

PIMENTA, João Paulo G., *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. - São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002

REICHEL, Heloisa Jochims e GUTFREIND, Ieda, *As raízes históricas do MERCOSUL: a Região Platina Colonial*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996, 214p.

REICHEL, Heloisa Jochims e GUTFREIND, Ieda, *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995

SCHRIM, Stefan A., *Leadership in Regional and Global Politics: Why do Emerging Powers (sometimes) Fail to Reach Their Goals?*, in: The Rise of (new) Regional Powers in Global and Regional Politics, German institute for Global and Area Studies (GIGA), Hamburg, December, 11, 2006.

TILLY, Charles, *Coerção, capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996

WALLERSTEIN, Immanuel, *O sistema Mundial Moderno, vol II - O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600 - 1750*, Porto: Ed. Afrontamento, 1974, ed. 529

WOHLFORTH, William C., Testing Balance-of-power theory in world history. in: European Journal of International Relations Copyright © 2007 SAGE Publications and ECPR-European Consortium for Political Research, Vol. 13(2): 155–185